

ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES RURAIS

AUTOR

Cesar De David



EDUCAÇÃO DO CAMPO

ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES RURAIS

AUTOR

Cesar De David

1ª Edição

UAB/NTE/UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria | RS

2017

©Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE.
Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da
Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Mendonça Filho

PRESIDENTE DA CAPES

Abilio A. Baeta Neves

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Afonso Burmann

VICE-REITOR

Paulo Bayard Dias Gonçalves

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Frank Leonardo Casado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Martha Bohrer Adaime

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO E DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jerônimo Siqueira Tybusch

COORDENADORA DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prof^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

COORDENADOR UAB

Reisoli Bender Filho

COORDENADOR ADJUNTO UAB

Paulo Roberto Colusso

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Cesar de David

REVISÃO LINGUÍSTICA

Camila Marchesan Cargnelutti

Maurício Sena

APOIO PEDAGÓGICO

Caroline da Silva dos Santos

Siméia Tussi Jacques

EQUIPE DE DESIGN

Carlo Pozzobon de Moraes – Capa

Mariana Panta Millani – Diagramação

Matheus Tanuri Pascotini

PROJETO GRÁFICO

Ana Letícia Oliveira do Amaral



D299a De David, Cesar

Antropologia das populações rurais [recurso eletrônico] / Cesar De David. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, UAB, 2017.
1 e-book

Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB
Acima do título: Educação do campo
ISBN 978-85-8341-199-4

1. Antropologia rural 2. Diversidade cultural 3. Desenvolvimento rural 4. Território 5. Populações tradicionais 1. Universidade Federal de Santa Maria. Núcleo de Tecnologia Educacional II. Título.

CDU 316.72

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM



Ministério da
Educação



PROGRAD



APRESENTAÇÃO

Camponeses, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco, pescadoras, faxinalenses, boias-frias, peões, criadores, lavradores, coletoras, caipiras, caçadores, sertanejos: são homens, mulheres, crianças, jovens e idosos que constituem parte da grande diversidade de sujeitos que habitam os espaços rurais do Brasil, a despeito do imaginário social urbano que reconhece como trabalhadores do campo apenas os agricultores. Há uma grande diversidade social e cultural no rural brasileiro, responsável por um mosaico multifacetado de gentes, atividades, relações, hábitos, tradições e concepções que produzem espaços rurais complexos, dinâmicos e ricos.

Mas há ameaças a essa diversidade, como a expansão das **monoculturas** – extensas áreas dedicadas à produção de grãos ou outras *commodities* agrícolas que configuram um modelo produtivo denominado agronegócio. O agronegócio é a rede formada por todos os setores econômicos que giram em torno da produção agrícola e pecuária, desde o setor financeiro, passando pelo comércio, serviços, transporte, distribuição e processamento. O agronegócio ou *agrobusiness*, ao se expandir espacialmente, avança sobre áreas anteriormente ocupadas pelos povos do campo. Essa expansão não se faz sem conflitos. Frequentemente, os territórios do agronegócio substituem ou sobrepõem-se aos territórios tradicionalmente ocupados, provocando a expulsão das pessoas de suas terras e, até mesmo, mortes e assassinatos.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Monoculturas: ocorrem quando extensas áreas de terra são plantadas com um só produto agrícola. Essa prática reduz a biodiversidade natural, substituindo-a pela homogeneidade e simplicidade do agrossistema.

Os problemas decorrentes dos conflitos e confrontos entre as territorialidades rurais tradicionais e os novos territórios do agronegócio configuram a questão agrária brasileira. A dimensão antropológica dessa questão é o que essa disciplina pretende estudar ao longo desse semestre, a fim de que se reconheçam quem são os sujeitos que habitam e trabalham os campos, seus desafios e suas lutas para permanecerem rurais.

É necessário, portanto, que todo educador/educadora do campo conheça/reconheça a riqueza e a diversidade de pessoas e povos do campo, suas culturas e identidades, valorize seu trabalho e suas lutas históricas e cotidianas na terra e pela terra, compreendendo-os como seres dotados de valores, conhecimentos e saberes forjados nas relações íntimas com a natureza e com a sociedade das quais fazem parte. Essa é a razão pela qual a disciplina é oferecida já no primeiro semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse sentido, na disciplina de *Antropologia das Populações Rurais* objetiva-se:

» Identificar e analisar algumas perspectivas antropológicas, a partir da apresentação de noções básicas da disciplina, como cultura, natureza, etnicidade, identidades, territórios e suas relações com noções de ruralidades e seus grupos sociais;

» Compreender e analisar antropologicamente a diversidade cultural dos territórios rurais brasileiros;

» Identificar as potencialidades e as estratégias de mobilização de recursos e patrimônios de base territorial nos contextos das ruralidades contemporâneas.

Esses objetivos serão desenvolvidos por meio de textos, imagens, vídeos e outros recursos complementares que integrarão esse livro, organizado em quatro capítulos, assim constituídos:

1 – Introdução às perspectivas antropológicas

2 – Diversidade cultural e configurações socioterritoriais no mundo contemporâneo

3 – Diversidade cultural e territórios rurais

4 – Identidades territoriais e ruralidades contemporâneas

Intentando contribuir para que o educador do campo compreenda as distintas territorialidades que (re)configuram a ruralidade brasileira, este material foi pensado e produzido:

Pois para os povos e comunidades tradicionais, os territórios, os recursos que eles contêm e os conhecimentos que a eles se referem constituíram-se historicamente como objeto de disputa frente às forças do mercado de terras, do agronegócio, da mineração ou dos grandes projetos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2013, p. 6).

ENTENDA OS ÍCONES



ATENÇÃO: faz uma chamada ao leitor sobre um assunto, abordado no texto, que merece destaque pela relevância.



INTERATIVIDADE: aponta recursos disponíveis na internet (sites, vídeos, jogos, artigos, objetos de aprendizagem) que auxiliam na compreensão do conteúdo da disciplina.



SAIBA MAIS: traz sugestões de conhecimentos relacionados ao tema abordado, facilitando a aprendizagem do aluno.



TERMO DO GLOSSÁRIO: indica definição mais detalhada de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

SUMÁRIO

▷ APRESENTAÇÃO ·5

▷ UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO ÀS PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS ·10

Introdução ·12

1.1 Alguns conceitos básicos em antropologia: cultura e natureza ·13

1.1.1 Mas o que é, então, a Natureza? ·14

1.1.2 A cultura ·16

1.2 Etnicidade, identidades e alteridades ·18

1.3 Territórios e territorialidades ·21

▷ UNIDADE 2 – DIVERSIDADE CULTURAL E CONFIGURAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO ·26

Introdução ·28

2.1 Modernidade, etnocentrismo e dinâmicas globais-locais ·29

2.2 Sincretismo, hibridismo e sociodiversidade ·34

2.3 Patrimônios culturais e naturais e estratégias de identificação territorial ·38

▷ UNIDADE 3 – DIVERSIDADE CULTURAL E TERRITÓRIOS RURAIS ·42

Introdução ·44

3.1 Principais estudos antropológicos sobre o rural em perspectiva histórica ·45

3.1.1 O período até 1930 ·46

3.1.2 O período compreendido entre os anos 1930 e 1960 ·47

3.1.3 A partir de 1960 ·50

3.2 Olhares antropológicos sobre o desenvolvimento e sua abordagem territorial ·51

3.3 Etnodesenvolvimento, territórios rurais, povos e comunidades tradicionais ·55

3.3.1 Povos tradicionais e seus territórios ·56

▷ UNIDADE 4 – IDENTIDADES TERRITORIAIS E RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS ·65

Introdução ·67

4.1 Estratégias de construção identitária de base territorial e as múltiplas funções das ruralidades ·68

4.2 Mobilização e patrimonialização dos recursos culturais e naturais em territórios rurais ·73

4.3 Tradição e inovação, saberes e fazeres, produção e consumo nas dinâmicas territoriais das ruralidades contemporâneas · 77

▷ **CONSIDERAÇÕES FINAIS · 85**

▷ **REFERÊNCIAS · 87**

▷ **ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO · 94**

1

INTRODUÇÃO ÀS
PERSPECTIVAS
ANTROPOLÓGICAS

INTRODUÇÃO

Nessa disciplina, buscamos compreender como se articulam os povos e seus territórios, ou seja, a expressão da territorialidade dos sujeitos, grupos e comunidades que compõem o espaço rural contemporâneo. Para que isso seja possível, é necessário apreender conceitos, noções e definições que permitam dominar as formas discursivas acadêmicas mais comuns que serão empregadas ao longo desse material didático, atribuindo-lhes significado, além de permitir familiarizar-se e apropriar-se do vocabulário específico. Assim, esta primeira unidade será dedicada ao estudo introdutório dos conceitos que ao longo do semestre serão desenvolvidos e aplicados.

A primeira subunidade será dedicada às noções de cultura e natureza que constituem conceitos básicos de várias ciências, em especial da Antropologia e da Geografia, além de serem amplamente empregados no cotidiano. A segunda subunidade tratará da etnicidade, identidades e alteridades, noções fundamentais para entender os sujeitos em suas relações consigo mesmos, com seus grupos e com os outros. Na terceira subunidade, trataremos especificamente da espacialização desses sujeitos, ou seja, dos territórios e territorialidades que constituíram e constituem o rural ao longo do tempo. Trataremos esses conceitos e definições, na medida do possível, em sua expressão histórica, mas dando ênfase e procurando abarcar as discussões mais recentes em torno de seus significados, sempre os relacionando às especificidades do mundo rural e de seus grupos sociais.

1.1

ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS EM ANTROPOLOGIA: CULTURA E NATUREZA

Observe a bela paisagem retratada na fotografia a seguir (Figura 1). É muito comum que, ao contemplar as paisagens rurais, o observador se expresse exaltando a beleza da natureza, uma vez que o verde domina a visão daqueles acostumados com as nossas cinzentas cidades. Mas olhe com mais atenção e identifique na imagem apenas os elementos naturais. Enumere-os.

Agora, identifique os elementos criados pelos homens. Cite-os.

FIGURA 1: Monte Santa Vitória – Provence – França, 2015.



FONTE: foto do autor.

Se nesta fotografia você encontrou um ou mais elementos construídos ou produzidos pelo homem, então esta não é uma paisagem natural, mas uma paisagem cultural.

É um equívoco pensar que as paisagens rurais são paisagens naturais, pois elas são formadas por elementos da natureza, mas também da cultura.

É a combinação desse par dialético – natureza e cultura – que será responsável pela configuração dos espaços rurais.

1.1.1 Mas o que é, então, a Natureza?

Podemos dizer que natureza é tudo aquilo que existe, animado ou inanimado, que não tenha sido criado pelo homem, ou seja, existe independentemente da obra ou trabalho humano.

O conjunto ou universo das coisas, dos objetos ou dos elementos naturais constitui a natureza ou meio natural.

A terra é natureza, mas o plantio é cultura.

O mar é natureza, mas a navegação é cultura.

As árvores são natureza, mas o papel que delas provém é cultura.

(VANNUCCHI, 1999, p. 23).

As sociedades humanas vivem, em sua maioria, imersas num ambiente já profundamente modificado pelas suas atividades. Chamamos de Meio Ambiente tudo o que rodeia o homem, quer como indivíduo, quer como grupo – esse meio é cada vez mais artificializado, englobando o ecológico, o social, o cultural, o psicológico. Entre os elementos naturais (produzidos pela natureza) e os elementos construídos pelos homens, há interações (relações entre os dois, em ambos os sentidos), como sistemas de cultivos, exploração mineral, atividades pesqueiras, produção de energia, fluxos de pessoas e de mercadorias, sistemas de informação, etc. Mas o meio ambiente é, além de fornecedor de recursos para a prática das atividades humanas, o receptor dos resíduos produzidos por essas atividades, pois, como a terra é finita, os resíduos retornam sob diversas formas ao meio – porém, não necessariamente nos mesmos locais em que foram produzidos.

QUADRO 1: Meio natural.

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material de existência do grupo.

Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com as quais se relacionavam sem outra mediação.

O que alguns consideram como período pré-técnico exclui uma definição restritiva. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica.

FONTE: Santos (2008, p. 235)

No espaço rural, em razão das atividades preponderantes que nele se realizam, especialmente a agricultura, mantém-se relações intrínsecas com a natureza, sobretudo com a terra e com a água em que pese o avanço incontestado das tecnologias

modernas. Espaço por excelência da agricultura, embora não exclusivo, o vínculo com a terra e com a água para a produção das diversas culturas ainda é estreito, mesmo nas práticas mais avançadas em termos técnicos. Também há uma relação muito próxima, e em alguns lugares até mesmo dependente, com as condições climáticas e atmosféricas: variações das estações, comportamento das massas de ar, índices de temperatura, pressão e umidade do ar e do solo, **amplitude térmica**, regime dos ventos, índice e distribuição das chuvas. Assim como do relevo, da fertilidade natural dos solos, da disponibilidade da água, dos tipos de vegetação e dos animais, entre outras condições naturais.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Amplitude térmica: diferença entre a temperatura máxima e a temperatura mínima em um determinado período de tempo (amplitude térmica diária, mensal ou anual, por exemplo).

A agricultura tem por função a produção de plantas e animais, manipulando os ecossistemas naturais e os recursos neles disponíveis, por meio do emprego de técnicas, conhecimentos, ciência e saberes, com a finalidade de produzir alimentos, fibras, energia ou matérias-primas. Emprega, para tal, força de trabalho humana, animal ou mecânica, além de insumos, como adubos e fertilizantes, quando forem necessários. Assim, a agricultura dá origem a um ambiente artificial, denominado **agrossistema** ou agroecossistema, cuja característica principal é a redução da biodiversidade natural – a diversidade de espécies animais e vegetais – por um sistema instável e simplificado, como é o caso das lavouras e campos de criação.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Agrossistemas: “Ecossistema criado pelo homem e que engloba as plantas cultivadas e os animais criados assim como os solos mais ou menos transformados pelas gerações de agricultores. Os agrossistemas comportam, pois, uma dimensão histórica e são sistemas ‘abertos’ (os homens tiram deles seus nutrientes): sua resiliência implica o aporte periódico de fertilizantes” (CHARVET; SIVIGNON, 2011, p. 191).

A simplificação dos ecossistemas naturais, mais ricos e complexos, pelos agrossistemas causa, entre outras, as seguintes consequências:

- » Compactação do solo, pela mecanização e pisoteio dos animais;
- » Erosão, desertificação, arenização, salinização, pelo emprego de técnicas inadequadas;
- » Proliferação de plantas e animais indesejáveis;
- » Redução contínua da produtividade da terra e, como consequência, a necessidade crescente de aplicação de adubos e fertilizantes.

Os espaços rurais são, portanto, espaços complexos em que o trabalho dos homens está profundamente ligado à terra e às águas, não só na agricultura, mas em todas as demais atividades neles desenvolvidas. Caracterizam-se pela substituição dos meios naturais por meios técnicos e, na contemporaneidade, pelo **meio técnico-científico-informacional**. Esses espaços, cada vez mais desnaturalizados, são, por outro lado, impregnados e imersos na cultura.



SAIBA MAIS: Leia mais sobre Meio Técnico-Científico-Informacional na seguinte obra: SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

1.1.2 A cultura

A reflexão deste item recairá sobre o conceito antropológico de cultura, que está relacionado com as ações humanas sobre a natureza e a produção de bens materiais e simbólicos como reflexo dessa interação. O movimento de criação de cultura constitui-se de um sistema que associa o homem, a natureza, suas ações sobre o espaço, sua religiosidade e a possibilidade de resignificação contínua a partir do contato mútuo, que faz com que um indivíduo esteja inserido em um grupo social

Foi no século XIX que Edward Tylor definiu o conceito de cultura, unindo o princípio germânico *Kultur*, usado para representar os aspectos espirituais de um povo, e a palavra francesa *civilization*, que se reportava apenas às transformações e criações materiais do homem na natureza. Desta forma, a síntese proposta por Tylor, tal como compreendemos hoje, é todo o complexo formado por conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Seu mérito foi propor uma definição que reúne todas as potencialidades e aptidões humanas, sejam elas abstratas ou materiais, num sistema que abrange a forma como o homem percebe, se insere e se projeta no mundo (LARAIA, 1996). A cultura é o enunciado responsável pelas representações que o homem tem do mundo e a noção de consciência e complexidade que intermedeiam o sujeito, seus valores, sentidos e símbolos no mundo em que ele habita, como palavras-chave de sua concepção entre o eu e o mundo em construção.

QUADRO 2: Trata dos diferentes aspectos da cultura.

“A cultura é mediação entre os homens e a natureza”: os homens não vivem mais em relação direta com a natureza, mas em um meio artificial criado por eles mesmos, constituído de objetos, técnicas e conhecimentos que mediatizam as relações com o meio natural.

“A cultura é herança e resulta do jogo da comunicação”: a cultura é transmitida de geração à geração pela educação e de um lugar para outro pelas trocas e deslocamentos que põem em contato sociedades com bagagens culturais diversas.

“A cultura é construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro e nos aléns variados”: os homens e mulheres não recebem a cultura passivamente, mas a transformam segundo suas próprias convicções, condições, aspirações e projeções de futuro. As culturas são realidades em permanente mudança.

“A cultura é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação”: o ambiente em que as sociedades vivem também é feito de palavras, pois “agimos de acordo com aqueles que nos olham, aqueles

a quem contaremos o que fazemos ou aqueles que escutaremos falar”. A cultura constitui-se, portanto, de uma dimensão simbólica, pois gestos, discursos e práticas configuram sentidos e significados com aqueles que os compartilham. Assim, “na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território”.

“A cultura é um fator essencial de diferenciação social”: a apropriação da cultura é ato individual e resulta, em grande medida, não só pelas condições próprias do indivíduo, mas de sua condição social, o que faz da cultura um fator de diferenciação social dos indivíduos e do seu status em relação aos demais membros da sociedade em que vive.

“A paisagem carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz: objeto privilegiado dos trabalhos de geografia cultural, sua interpretação é frequentemente ambígua”: a paisagem por ser a expressão das atividades humanas, carrega consigo as marcas da cultura da(s) sociedade(s) que a produziu. “Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas”.

FONTE: Claval (1999, p. 12-15).

Do exposto, podemos traçar alguns vetores sobre esse conceito:

- a) Resulta das articulações do homem com a natureza.
- b) É um conjunto de elementos simbólicos e materiais, criados e transmitidos pelo homem em contato mútuo.
- c) É um sistema dinâmico que agrupa indivíduos de uma determinada comunidade.
- d) É mutável, está em permanente transformação.
- e) Dele decorre nossa visão do mundo, mas também estabelece nossas possibilidades de diálogo com o próprio mundo.
- f) É a cultura que diz quem é o homem, onde ele está e como ele se entende no mundo.
- g) Dele decorre a produção do espaço geográfico e, portanto, dos territórios.

1.2

ETNICIDADE, IDENTIDADES E ALTERIDADES

Por volta de 1590, foram levados do Brasil um grupo de indígenas tupinambás para serem expostos à corte francesa. No início e ao longo da conquista americana, era comum que “exemplares” de nativos fossem levados para a Europa para que os europeus admirassem o exótico que era a população americana. Hoje isso seria admitido? Você concorda com o fato de que grupos sociais ainda hoje sejam considerados primitivos ou atrasados por viverem de forma diferente? Em que outras situações se revela a atração pelo exótico ou a repulsa pelo que é diferente do padrão?

Ora, os tupinambás eram um grupo social que possuíam uma **etnicidade** própria, ou seja, não eram apenas as diferenças físicas que contrastavam com os europeus, mas todos os aspectos de sua cultura: a língua, a religião, a forma de se vestir e se alimentar, as formas de se relacionar, os hábitos e os costumes, entre outros, que conferiam **identidade étnica** específica a este povo, os diferenciando dos demais.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Identidade Étnica: É o conjunto de traços, características e complexos culturais de um determinado povo.

Essa diferença entre os indígenas e os membros da corte francesa era muito contrastante, pois, enquanto aqueles viviam nos trópicos em meio à natureza, estes viviam em meio ao fausto e ao luxo. O contato entre ambos expôs a fricção interétnica – processo, muitas vezes violento, como neste caso, em que duas ou mais culturas se encontram –, marcada pela diferença entre elas. As diferenças fazem parte, portanto, da **identidade** e afloram quando os povos se relacionam, pois é na relação com o diferente (o outro, a alteridade) que se reconhece a própria identidade.

O professor **Kabengele Munanga**, ao tratar da questão da identidade negra no Brasil, assim se refere às diferenças:

Todos nós, homens e mulheres somos feitos de diversidade. Esta, embora esconda também a semelhança, é geralmente traduzida em diferenças de raças, de culturas, de classe, de sexo ou de gênero, de religião, de idade, etc. A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas. As construções racistas, machistas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material, a não ser as diferenças e as relações diferenciais entre seres humanos e grupos humanos. As diferenças unem e desunem: são fontes de conflito e de manipulações sócio-econômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a

construção de estereótipos e preconceitos diversos (MUNANGA, 2012, p. 04).



INTERATIVIDADE: Leia a palestra proferida pelo professor Kabengele Munanga, em que ele amplia as noções de identidade e diferença, nesse site: <https://goo.gl/mRbUU5>

É evidente que, ao levar os indígenas para a Europa, os europeus detinham uma superioridade capaz de subjugar os tupinambás pelo emprego da força, além de se crerem superiores também espiritualmente, pelo domínio da religião católica. Essa crença na superioridade étnica é denominada etnocentrismo.

O etnocentrismo é a crença na superioridade de um povo sobre outro, geralmente acompanhada de sentimentos de menosprezo pelo outro e pela sua cultura. Há, portanto, um distanciamento entre o sujeito que observa e o outro, o observado, a alteridade, considerado inferior. Quando esse distanciamento e menosprezo gera a extinção do grupo e de sua cultura, tem-se um genocídio cultural ou etnocídio.

Foi o etnocentrismo o responsável pela justificação do extermínio de várias nações indígenas durante o processo de conquista da América, entre as quais a nação tupinambá. Ele ainda se revela em várias situações cotidianas responsáveis pelo racismo, pela discriminação, pela intolerância, que se manifestam até mesmo nos espaços escolares. No campo das diferenças, a tolerância, então, revela-se condição necessária e fundamental para assegurar aos diferentes grupos e sujeitos sociais suas garantias e direitos individuais e coletivos. Conforme afirma Brito (2008), a tolerância constitui-se como o oposto aos regimes de exclusão étnica. Ela está baseada no reconhecimento da importância da diferença (do outro) como instrumento de uma sociedade mais íntegra, fomentando o conhecimento mútuo entre as variadas etnias e apreciando a diversidade cultural.

É fundamental que se reconheça o outro como diferente – a *alteridade* – sem que isso implique em juízos de valor, em posturas de superioridade ou inferioridade de um indivíduo, grupo ou sociedade sobre o outro. Reconhecer-se como sociedades constituídas por comunidades culturais distintas, com identidades diferenciadas, é o primeiro passo em direção à interculturalidade. Isso se faz necessário quando pensamos em um projeto de nação e em um projeto de escola.

No Brasil, a diversidade cultural tem, neste momento, sua importância reconhecida. Cabe nos apropriarmos dessa realidade de forma profunda e efetiva de maneira a problematizar e a superar formulações baseadas em relações assimétricas e de dominação. O crescente questionamento de formulações etnocêntricas permeia toda releitura e construção da produção de conhecimento e campos de atuação. Em tempos de crescentes demonstrações sutis ou extremas de xenofobia, intolerância, discriminação étnica/racial, religiosa, conflitos culturais tanto no âmbito político quanto no da vida particular, tais fatos, concretos, apontam para a complexidade envolvida no encontro entre culturas. Suas decorrências têm sido um desafio que pede

urgentemente novas estratégias para que respostas desgastadas e perversas possam preventivamente ser contornadas a partir de novas concepções, ideias e políticas públicas nas várias esferas da vida humana (DANTAS, 2012, p. 19).



TERMO DO GLOSSÁRIO: Alteridade: concepção que toma como pressuposto que a existência do eu-individual só se realiza a partir da existência do outro, que, numa perspectiva ampliada, constitui a própria sociedade; condição ou capacidade do eu-indivíduo reconhecer o outro e colocar-se em seu lugar.

É necessário que os educadores do campo compreendam que os povos do campo, em sua diversidade e pluralidade, também foram, e frequentemente ainda são, vítimas do etnocentrismo. Não raro, suas formas de vida e de trabalho são consideradas atrasadas, rústicas, primitivas, arcaicas, superadas, resultando em situações de discriminação, preconceito, subjugação e exploração sob várias formas. De que forma a Escola do Campo pode contribuir para superar essas situações? Proporcionar e promover os diálogos interculturais, o respeito, a tolerância, o reconhecimento e a valorização das diferenças e a superação das desigualdades deve estar em seus fundamentos.



SAIBA MAIS: Leia o livro do filósofo Tzvetan Todorov, falecido em fevereiro de 2017: *A conquista da América – A questão do outro*.

1.3

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

A primeira divisa foi riscada no terreno pelo primeiro ser que compreendeu sua posição em face do semelhante mais próximo. Daí em diante nunca mais estancou o seu aperfeiçoamento. Da propriedade individual passou à soberania coletiva, isto é, da casa à cidade, da cidade à província e desta ao país. Tudo tem limites, raias, lindes, cercas, muros ou designação outra que vise as características das posses materiais de alguém, homem ou entidade social (CASTILHOS GOYCOCHEA, 1943, p. 10).

As abordagens territoriais possuem distintas vertentes. Haesbaert (2004) reconhece quatro perspectivas amplas:

- » As concepções materialistas, nas quais o território é concebido como um objeto material, como um produto definido, consolidado;
- » As concepções idealistas que veem o território a partir da ação de sujeitos e comunidades;
- » As concepções que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialista e idealista;
- » A concepção relacional que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material, nas quais o território é entendido primordialmente por uma relação do que por fato consolidado.

Para Saquet (2007), as perspectivas dos estudos territoriais se dão a partir de quatro enfoques:

- » No econômico, apoiados por teorias marxistas;
- » Na geopolítica, privilegiando o Estado e suas organizações;
- » Nas dinâmicas política e cultural, que tratam das questões simbólico-identitárias e sociais;
- » Na sustentabilidade e no desenvolvimento local.

Outra compreensão de como se configuram os estudos territoriais pode ser expressa:

- » Pela abordagem do que é institucional, político, relativo ao poder formal – o Poder com maiúscula, como fala Raffestin (1993) –, configurando uma territorialidade das instituições que envolve o poder político;
- » Pela abordagem do que é subjetivo, social, relativo ao poder informal – o poder com minúscula –, configurando a territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social.

Essas territorialidades (dos poderes políticos e sociais) se intersectam, se entrelaçam e se conflitam.

Haesbaert (2004) distingue três vertentes básicas das concepções de território:

» Política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado;

» Cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;

» Econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Porém, outra vertente é admitida: a natural, a mais antiga, com base nas relações sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente.

Para Raffestin (1993), o território pode ser definido como:

» “Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (p. 143).

» “Um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (p. 59-60).

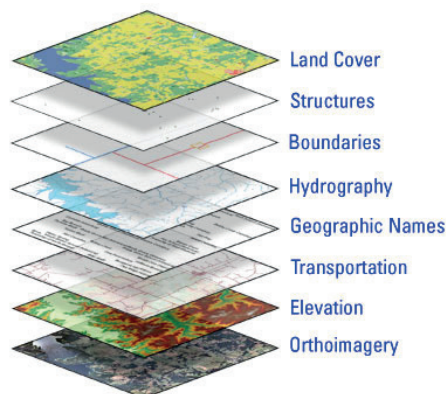
» “Uma produção, a partir do espaço” (p. 144).

Para esse mesmo autor, o sistema territorial é formado pelos seguintes axiomas (Figura 2):

» “Toda a prática espacial, mesmo que embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). O território é constituído por um sistema de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço;

» São os sistemas de tessituras, de nós e de redes que permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído. E que permitem realizar e manter a integração e a coesão dos territórios.

FIGURA 2: O sistema territorial é formado por uma série de planos articulados, em que se conjugam pontos, linhas e áreas.



FONTE: Wikimedia (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:USGS_The_National_Map.jpg).

A territorialidade humana, para Raffestin (1993):

a) “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (p. 158);

b) “os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (relações de poder) (p. 158).

c) A noção de territorialidade é uma relação triangular: a relação com o território é uma relação que mediatiza as relações com os homens, com os outros.

d) Pode ser expressa pela fórmula: $T = \sum H r E$, ou seja, a territorialidade é o somatório das práticas espaciais de uma sociedade ao longo do tempo.

e) Conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo.

Ao definir alguns apontamentos para uma teoria da territorialidade humana, Raffestin (1987, p. 264) destaca que há uma especificidade da realidade humana, a linguagem: “O homem é um animal semiológico em que a territorialidade está condicionada pela linguagem, os sistemas de signos e pelos códigos”, conforme podemos observar na Figura 3, a seguir.

FIGURA 3: A bandeira e os barracos de lona preta são símbolos da luta pela terra, que assinalam os territórios dos movimentos sociais do campo.



FONTE: foto do autor, 2006.

Assim, podemos conceituar territorialidade como:

O conjunto das relações mantidas pelo homem, enquanto membro de uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, através dos mediadores ou instrumentos.

“A territorialidade humana não é pois somente constituída pelas relações com os territórios concretos mas também pelas relações com os territórios abstratos tais como a língua, religiões, tecnologias, etc.” (RAFFESTIN, 1987, p. 266).



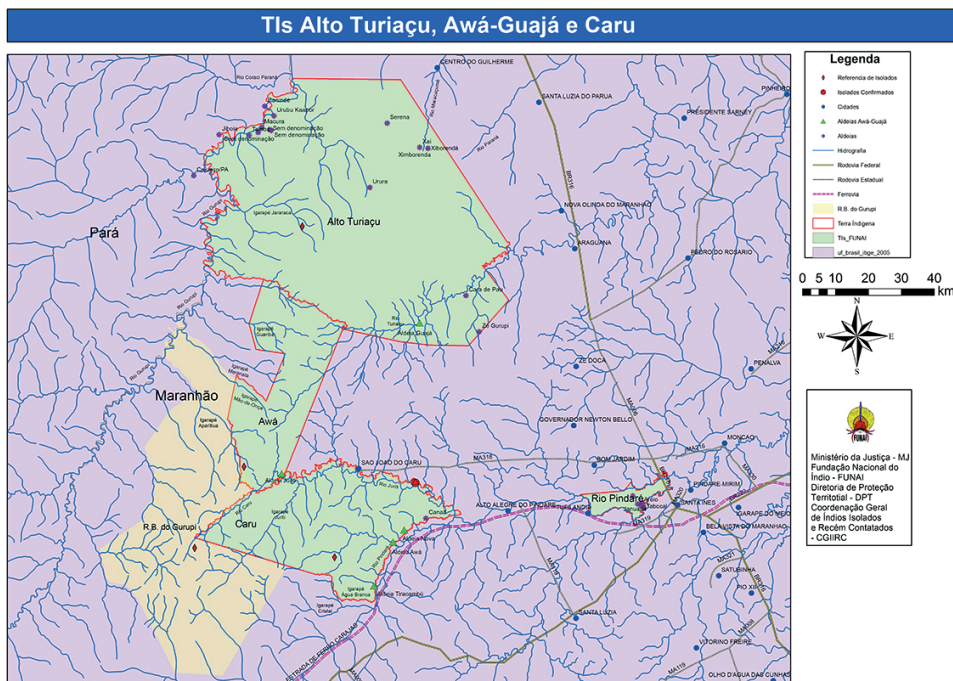
SAIBA MAIS: Leia o texto de Robert David Sack, “O significado de Territorialidade” em: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

Também é necessário, quando tratamos da territorialidade humana, compreender a autonomia, ou seja, entender como se processa o controle das redes que articulam o território.

“Atualmente, uma das condições de autonomia reside no domínio das redes de comunicação da informação. A informação é, com a energia, o recurso essencial que circula através das redes cada vez mais complexas” (RAFFESTIN, 1987, p. 271). O autor ainda afirma que o sistema territorial e o processo territorialização-des-territorialização-reterritorialização são comandados pela teoria da comunicação, pois é por meio desse processo que se adquire, se perde e se retoma a autonomia.

Frequentemente, ocorrem conflitos quando a territorialidade dominante impõe limites a grupos sociais com territorialidades distintas. Um exemplo disso é a demarcação de terras indígenas, quando é definido o espaço, em geral exíguo, em que uma sociedade vai viver, sem que esse espaço corresponda, material, espiritual e simbolicamente, à territorialidade do grupo. Muitas vezes, territorialidades forjadas em perspectivas fluídas, circulares, mutáveis e esféricas do mundo, como em geral são as territorialidades indígenas, são forçadas a adaptar-se aos limites precisos, geométricos e fixos como são as terras indígenas demarcadas pelo Estado.

FIGURA 4: Mapa das terras indígenas demarcadas pelo Estado.



FONTE: FUNAI (<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1820-mapa-da-terra-indigena-awa-guaja>).

Em síntese, a territorialidade define-se pelo encontro de dois processos: um territorial e outro informacional – inscrito em uma problemática relacional.

A territorialidade aparece como a interação desses dois sistemas, um espacial e outro informacional, na perspectiva de assegurar a autonomia de uma coletividade através do tempo.

Essa territorialidade é comunicada. E essa informação é parte do seu processo de controle.

Há territorialidades sincrônicas, quando diferentes territorialidades compartilham informação e energia, para que ambas se territorializem com o máximo de potência e autonomia, como é o caso do Estado e do Agronegócio no Brasil, em que este se expande espacialmente em razão das políticas de apoio e incentivo do primeiro. Por outro lado, há territorialidades antagônicas, quando grupos com territorialidades distintas e divergentes se sobrepõem, o que resulta comumente em conflito aberto.

O conflito de territorialidades constitui o modo como se especializam e se difundem as tensões espaciais dos atores da sociedade globalizada (HAESBART, 2004).

2

DIVERSIDADE CULTURAL
E CONFIGURAÇÕES
SOCIOTERRITORIAIS
NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

INTRODUÇÃO

De que maneira interagimos uns com os outros? Como os seres humanos são seres que em essência se definem e se constituem a partir da relação social, essa questão é fundamental para nos entendermos como pessoas humanas, como grupo e como sociedade, sobretudo no tempo e no mundo atual. A forma de se relacionar das pessoas, tanto em seu próprio grupo, quanto com as pessoas externas a ele, diz muito a respeito de nós mesmos e de nossa visão do mundo. Ela decorre, é preciso notar, de uma série de fatores que vão desde as condições materiais da existência até as questões mais afeitas à cultura em que estamos imersos, como é o caso da religião, por exemplo. Mas o conhecimento dos fatos sociais e, sobretudo, das territorialidades humanas se dá a partir das relações entre pessoas, mas também das relações recíprocas entre o tempo, o espaço e os sujeitos.

As concepções e percepções do tempo são comuns a todo indivíduo? Ou variam de acordo com as diversas sociedades? Na mesma medida em que cada pessoa percebe o espaço segundo suas próprias condições físicas e culturais, a percepção do tempo também é uma construção social, pois como afirma Guy di Méo (2005) as diferentes esferas da sociedade, as diferentes organizações e construções que a constituem imprimem temporalidades específicas, sem que, no entanto, elas sejam independentes umas das outras. Assim, mesmo vivendo em um só mundo e num único tempo presente, as distintas sociedades e grupos vivem espacialidades e temporalidades diversas, o que confere e é responsável pelas territorialidades específicas. São questões relacionadas à diversidade cultural e às configurações espaciais decorrentes das temporalidades e territorialidades específicas que estudaremos neste capítulo, enfatizando as distintas referências ao tempo, ao espaço e às relações que os homens estabelecem entre si e com esses fatores.



INTERATIVIDADE: Aproveite seu tempo e assista ao curta metragem “Estudo do Tempo”, de Amel Saadi e Pedro de Filippis (2011), disponível no endereço: <http://curtadoc.tv/curta/cotidiano/estudo-sobre-o-tempo/>.

2.1

MODERNIDADE, ETNOCENTRISMO E DINÂMICAS GLOBAIS-LOCAIS

Dubito, ergo cogito, ergo sum – a famosa frase de Réne Descartes (1596 – 1650), proferida no Discurso do Método, em 1637, pode ser tomada como a pedra fundamental onde se assenta a construção da modernidade e, ao mesmo tempo, expressa sua síntese. Ela rompe com o pensamento medieval, fundamentado na escolástica, em que a verdade era revelada e, portanto, acrítica, “inaugurando” o domínio do pensamento reflexivo como forma de compreensão dos fatos sociais – da realidade, portanto. O Iluminismo é o período e o movimento que marca na Filosofia o predomínio da razão como única e verdadeira forma de chegar ao conhecimento. Pois, com ela, todo recurso à superstição e à tradição religiosa devia ser refutado e superado. Há uma nova ordem marcada pela ciência – e seu método: a observação, a descrição, a análise, a comparação e a síntese.

A modernidade não é só um rompimento com uma forma de pensamento. No cerne da vida social também houve mudanças estruturais significativas. As relações capitalistas de produção são estendidas para o mundo, que vê nascer o Estado como expressão máxima (e até mesmo única) de organização das sociedades, assim como a industrialização e a urbanização vão preponderar e, até mesmo, substituir o mundo agrário e rural.

A busca pela ordem e pelo progresso foi um dos pilares da modernidade, uma vez que o mundo estruturado pelas crenças e ideologias religiosas foi substituído pelo mundo moderno. A crença no desenvolvimento econômico como forma de erradicar a pobreza e no progresso científico e tecnológico como capazes de promover o bem-estar geral, resolvendo as desigualdades sociais e promovendo a melhoria das condições de vida da população foi a ideologia que orientou e ainda orienta governos (e nações), instituições e pessoas.

No entanto, na globalização, tradição e modernidade combinam-se no espaço-tempo (Figura 5).

FIGURA 5: Tradição e modernidade convivem nos espaços urbanos e rurais. Udaipur-Índia (2011).



FONTE: foto do autor, 2011.

QUADRO 3: Movimentos básicos que constituem a modernidade.

Néstor Garcia Canclini, no seu livro *Culturas Híbridas* (2015), expõe os quatro movimentos básicos que constituem a modernidade:

» um projeto emancipador: em que a produção cultural se desvincula da religião e as práticas simbólicas tornam-se autoexpressivas e autorreguladas. Também se inclui aqui a racionalização da vida social e o individualismo crescente;

» um projeto expansionista: que constitui a tendência à expansão, seja do conhecimento, da posse da natureza, seja da circulação e do consumo de bens. No capitalismo o que move a expansão é o lucro, mas o mesmo ocorre no que diz respeito à promoção das descobertas científicas e o desenvolvimento industrial;

» um projeto renovador: em que, de um lado, almeja-se o progresso tecnológico e a inovação constante e, de outro, a necessidade de reformular os signos de distinção desgastados frequentemente pelo consumo de massa;

» um projeto democratizador: confiança na universalização da educação, da arte e dos saberes especializados como forma de alcançar a evolução racional e moral.

FONTE: Canclini (2015).

O desenvolvimento tecnológico é, particularmente, emblemático. Ao passo que a modernidade se configura, um novo mundo se estabelece e se produz: um mundo mundializado, global. A mundialização é um fenômeno moderno decorrente da expansão do capitalismo, que a partir da Europa engloba mercados longínquos e diversos, integrando-os à mesma lógica econômica: lucro, produção em série, trabalho assalariado. A revolução dos transportes e das comunicações possibilita a

articulação desses espaços, tornados mercados – espaços que produzem e espaços que consomem interconectados ao sistema financeiro que a todos regula e dirige.



INTERATIVIDADE: Para entender a globalização assista ao documentário “O mundo global visto do lado de cá”, de Silvio Tender, disponível em: <https://goo.gl/De5kYe>

No entanto, é nesse mesmo mundo moderno globalizado que, paradoxalmente, ocorre a emergência e a disseminação de clivagens e **fragmentações socioespaciais**, desigualdades de classe e de renda, conflitos e confrontos étnicos, religiosos e de gênero, além de ser cenário de guerras com as mais diferentes motivações. As crenças e esperanças advindas com a modernidade foram paulatinamente dando lugar ao tempo das incertezas ou à “modernidade líquida”, como Bauman (2001) se refere a este tempo de fluidez, de volatilidade, em que predomina a lógica do imediato, do consumo e da artificialidade.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Clivagem e fragmentação socioespacial – processo que separa e divide os habitantes segundo suas condições de renda. Nos espaços urbanos, caracteriza-se pelos bairros nobres e condomínios fechados, habitados pela burguesia, e pelas favelas e ocupações ilegais destinadas à população pobre e marginalizada.

Otávio Ianni (1994) assim se expressa em relação à mundialização:

As noções de espaço e tempo, fundamentais para todas as ciências sociais, estão sendo revolucionadas pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos incorporados e dinamizados pelos movimentos da sociedade global. As realidades e os imaginários lançam-se em outros horizontes, mais amplos que a província e a nação, a ilha e o arquipélago, a região e o continente, o mar e o oceano. As redes de articulações e as alianças estratégicas de empresas, corporações, conglomerados, fundações, centros e institutos de pesquisas, universidades, igrejas, partidos, sindicatos, governos, meios de comunicação impressa e eletrônica, tudo isso constitui e desenvolve tecidos que agilizam relações, processos e estruturas, espaços e tempos, geografias e histórias. O local e o global estão distantes e próximos, diversos e mesmos. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e re-territorializam-se em outros espaços, com outros significados. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático (IANNI, 1994, p. 155).

A crise da modernidade é uma crise também da ciência moderna. Nascido na Europa, o método científico torna-se a via hegemônica de chegar ao conhecimento. Filosofia e Ciência moderna carregam a marca do etnocentrismo, o que dificulta,

e até mesmo impede, o diálogo com outros saberes. Conhecimentos tradicionais e saberes populares não são considerados relevantes para a compreensão da realidade, que só pode ser alcançada por meio de referenciais – conceituais e instrumentais – dominados pelos países centrais. Assim, conhecimentos ancestrais são apropriados sob a forma de patentes, por meio da **biopirataria**. As ciências, e particularmente as ciências sociais, sofrem com a crise de legitimidade e com a crise epistêmica, pois como afirma Ianni:

A rigor, a reflexão sobre a sociedade global reabre questões epistemológicas fundamentais: espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato. São questões que se colocam a partir do reconhecimento da sociedade global como uma totalidade complexa e problemática, articulada e fragmentada, integrada e contraditória. Simultaneamente às forças que operam no sentido da articulação, integração e até mesmo homogeneização, operam forças que afirmam e desenvolvem não só as diversidades, singularidades ou identidades, mas também hierarquias, desigualdades, tensões, antagonismos. São forças que alimentam tendências integrativas e fragmentárias, compreendendo nação e nacionalidade, grupo e classes sociais, provincianismo e regionalismo, localismo e cosmopolitismo, capitalismo e socialismo (IANNI, 1994, p. 156).



TERMO DO GLOSSÁRIO: Biopirataria: Apropriação indevida e ilegal de essências e outros produtos da flora e da fauna, por laboratórios, empresas e corporações estrangeiras, que os patenteiam, em detrimento dos conhecimentos tradicionais que os descobriram ou os produziram

A modernidade é, assim, um período em que, no que se refere às condições de vida, houve novas oportunidades materiais e técnicas que promoveram mudanças significativas, como é o caso da promoção da saúde e do aumento da expectativa de vida. Porém, excluiu uma grande parcela da população dessas inovações e dos bens gerados, acarretando um processo de fragmentação espacial e uma justaposição de territorialidades extremamente desiguais.

O *etnocentrismo* é uma perspectiva que pressupõe a cultura de um grupo como medida para valorar todas as outras culturas de coletivos diferentes. Sob essa perspectiva, a cultura de um grupo é comparada, valorada e hierarquizada positivamente em detrimento das demais culturas de outros grupos. Desse modo, a diversidade cultural é explicada em função de gradações hierárquicas, construídas a partir do ponto de vista de quem observa e emite juízo de valor sobre o diferente. Por exemplo, a ideia de evolução de culturas (da mais “primitiva” à mais “evoluída”, como nas teorias positivistas), e a ideia de hierarquia de valor

entre culturas de classes sociais (como “alta” cultura das elites e “baixa” cultura das camadas populares) (VIANNA, 2016, p. 01).

Para dar conta da compreensão dessa realidade contraditória e fragmentada é necessário superar o etnocentrismo e produzir uma ciência capaz de: – contextualizar a realidade dos sujeitos onde estão e onde vivem; – inverter o olhar deles (e o nosso) para com a sociedade em que eles (e nós) estão; – ver como essa sociedade se refere a esses sujeitos; e – por em questão o conhecimento produzido (GUSMÃO, 2008).



INTERATIVIDADE: Sobre a crise da ciência na modernidade, leia o artigo de Guilherme Martins, disponível em:

<http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/viewFile/1015/552>

2.2

SINCRETISMO, HIBRIDISMO E SOCIODIVERSIDADE

Vimos anteriormente que o projeto da modernidade – a ordem universal, o progresso material e a felicidade geral – naufragou no século xx, decorrente de uma série de guerras, conflitos e crises que mergulharam a humanidade (e também as ciências) num período de profundas incertezas e dúvidas, em especial em relação ao futuro, ou seja, há uma descrença generalizada em relação aos projetos comuns e coletivos. Esse período de crise da modernidade é denominado por alguns de modernidade tardia (GIDDENS, 1991), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004) ou pós-modernidade (LYOTARD, 2008). Apesar das divergências quanto à denominação, à sua origem ou se esta é de fato uma ruptura com a modernidade ou apenas sua continuidade, há algumas convergências, ao menos no que diz respeito às suas características: o consumismo, o individualismo e a fragmentação e compressão do tempo e do espaço. Sobre este último ponto, argumenta David Harvey (2000):

À medida que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e uma “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas – para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras –, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão de nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 2000, p. 219).

O encurtamento das distâncias e a instantaneidade do tempo, onde tudo se torna perto e imediato, diluem as identidades culturais fixas e fortes em três direções identificadas por Stuart Hall (2000): a desintegração das identidades nacionais devido ao avanço da homogeneização cultural; a reafirmação de identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas pela resistência à globalização e a substituição de identidades nacionais por novas identidades – híbridas. A respeito da capacidade da globalização em afetar as identidades nacionais, o autor assim se manifesta:

Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório. Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que

Robins chama de “Tradição”, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras”; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de “Tradução” (HALL, 2000, p. 87).

É, portanto, a capacidade de “Tradução” que permite o surgimento de culturas híbridas, formadas a partir das relações e contatos interculturais, permeáveis, que permitem as trocas, a incorporação, a mistura e a fusão. A hibridação é um processo que inclui: “as fusões raciais ou étnicas denominadas *mestiçagens*, o *sincretismo* de crenças e também outras misturas modernas entre o artesanal e o individual, o culto e o popular, o escrito e o visual nas mensagens midiáticas” (CANCLINI, 2015, p. xxviii, grifo do autor).

A **mestiçagem** refere-se ao entrecruzamento e miscigenação de pessoas de diferentes etnias, cujo resultado é um indivíduo que apresenta as características de cada um dos que descende. O povo brasileiro e latino-americano é formado pela mestiçagem de indígenas nativos, colonizadores de origem europeia (portugueses, espanhóis, franceses, ingleses), africanos trazidos como escravos. Mas se as características fenotípicas são mais destacadas na mestiçagem, igualmente importante são as dimensões culturais como as línguas, as crenças, os hábitos.

O **sincretismo** (ver Figura 6), por sua vez, diz respeito às misturas, combinações e fusões de objetos, práticas e crenças entre doutrinas religiosas. Essa fusão não é absoluta, pois um sistema religioso não é subsumido a outro. Ortiz (1994) explica:

O sincretismo se dá quando existe um sistema-partida (memória coletiva) que comanda a escolha e depois ordena, dentro de seu quadro, o objeto escolhido. Um exemplo. Santa Bárbara é Iansã na medida em que existe uma memória africana que escolhe, entre as santas católicas, aquela que possui um elemento analógico à divindade africana: a chuva. Isto não significa, porém, que o sistema africano de classificações se confunda com o sistema católico; a memória coletiva africana conserva sua autonomia mesmo que o elemento sincretizado provenha de uma fonte exterior a ela (ORTIZ, 1994, p. 32-33).



SAIBA MAIS: Para uma compreensão mais profunda sobre sincretismo, hibridismo, criouliização e suas repercussões na cultura popular, leia o texto de Sergio Ferretti (2014), “Sincretismo e hibridismo na cultura popular”, disponível em: <https://goo.gl/UzSLg6>.

FIGURA 6: Sincretismo religioso: Festa de São Cosme e Damião na Umbanda. Santa Catarina, 2008.



FONTE: foto do autor, 2008.

Sincretismos e mestiçagens são faces do **hibridismo**, que se revela nas diversidades culturais das sociedades contemporâneas como resultado das relações estabelecidas entre elas. Pode-se dizer que o hibridismo é um produto da globalização, pois “os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade...” (SANTOS, 2015, p. 143). Formam-se, assim, mosaicos de povos e culturas que compõem a sociodiversidade contemporânea, marcada pela interculturalidade: contatos entre culturas que propiciam a interação e o diálogo, mas também conflitos e fricções (DANTAS, 2012).



INTERATIVIDADE: Acesse o relatório da UNESCO sobre diversidade cultural, disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>

Sociodiversidade e multiculturalidade são conceitos associados, pois as sociedades são multiculturais e, por isso mesmo, diversas. Nelas existem grupos humanos que possuem suas formas próprias e características de organização política, interação social, padrões de construções, práticas religiosas, sistemas de valores, expressões linguísticas, métodos de trabalho, manifestações artísticas, entre outros, que conferem especificidade e singularidade ao grupo. Ou seja, são os atributos de sua identidade – tanto individual, quanto coletiva –, assim como do lugar em que habitam. Pessoas, grupos e lugares são unos e múltiplos; portanto, possuem identidade ou identidades resultantes das interações dialógicas com seus iguais ou com seus diferentes, mas podem resultar também dos conflitos gerados pelas relações de dominação, subordinação ou exclusão a que foram ou são submetidos.

Sociodiversidades constroem e/ou reconstróem lugares atribuindo-lhes significados segundo as identidades de cada grupo – numa **dialética** entre as semelhanças/diferenças internas e suas relações com os externos –, podendo configurar territorialidades específicas, depreciadas e desconsideradas sempre que atentarem contra

o sistema hegemônico ou, ao contrário, reconhecidas, apreciadas e protegidas pelo seu caráter singular, valorizado em tempos de globalização.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Dialética – significa debate, diálogo, discussão, mas também pode ser entendida, de forma bastante genérica, como oposição ou contradição.

2.3

PATRIMÔNIOS CULTURAIS E NATURAIS E ESTRATÉGIAS DE IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL

Sociedades produzem cultura. E é a diversidade dos tipos humanos que são responsáveis por atribuir significado e valor aos objetos e ações produzidos. Esses objetos e ações valorizados transformam-se em bens – os bens culturais, que podem ter sido produzidos em outros tempos e lugares, por outras pessoas ou grupos. As sociedades que valorizam bens e ações – monumentos, arquitetura, obras artísticas, gastronomia, artefatos, modos de fazer, técnicas de confecção, entre tantos outros, podem também desenvolver mecanismos de protegê-los e os perpetuar. Mesmo as montanhas, os vales, as cachoeiras, os rios, as ilhas, as praias e outras obras da natureza, somente adquirem valor especial em razão do significado atribuído por uma determinada sociedade – seja por sua beleza, dimensão, raridade ou outro atributo ou critério qualquer (sempre cultural, portanto).

O reconhecimento do valor e significado atribuído aos bens culturais por uma determinada sociedade ou conjunto de sociedades os transformam em patrimônio. Sandra Pelegrini (2006), ao comentar o Documento da ONU, denominado *Declaração do México*, escrito em 1985, define patrimônio como:

[...] produções de “artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios”, “criações anônimas surgidas da alma popular” e “valores que dão sentido à vida”. Nessa linha argumentativa, a referida declaração frisou a importância da preservação de “obras materiais e não materiais que expressassem a criatividade de um povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas”. E também salientou que a “preservação” e o “apreço” pelo patrimônio cultural permitem aos povos a “defesa da sua soberania e independência” (PELEGRINI, 2006, p. 117).

A mesma autora critica o caráter ainda limitado atribuído ao patrimônio, pois o mesmo restringe-se a alguns saberes “eleitos”:

Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural, paisagístico, arqueológico e assim

por diante. Contudo, nos últimos anos do século xx e início do século XXI, já se depreende que essas áreas se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio. Sem dúvida, hoje se reconhece que a cultura é construída historicamente, de forma dinâmica e ininterrupta, alterando-se e ampliando seu cabedal de geração em geração, a partir do contato com saberes ou grupos distintos (PELEGRINI, 2006, p. 118).

O patrimônio pode ser classificado de acordo com o quadro 4:

QUADRO 4: Definição de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO	PATRIMÔNIO CULTURAL	PATRIMÔNIO NATURAL
<p>É o conjunto de bens que adquirem significado em razão de seu valor histórico, pois se relacionam a fatos, versões, eventos ou lugares que foram importantes em determinados momentos. São documentos, cartas, relatos, mapas, diários, utensílios, armas, instrumentos, fortes, construções, móveis, roupas, ferramentas e outros artefatos que compõem a identidade histórica de uma sociedade ou de um grupo.</p>	<p>É constituído por um conjunto de bens materiais e/ou imateriais que possuem valor atribuído por um determinado grupo social ou classe em função da representatividade que possui para esse mesmo grupo ou classe. São objetos, obras de arte, comidas e bebidas típicas, tradições, lendas, contos, superstições, etc. À medida que as noções de cultura tendem a se ampliar, incorporando não apenas a cultura erudita, mas também as expressões da cultura popular, o repertório do patrimônio cultural também se amplia.</p>	<p>Refere-se aos elementos da natureza: fauna, flora, rios, lagos, mares, desertos, montanhas, vales e tudo que envolve o meio ambiente. Esses elementos só adquirem significado em interação com o homem, pois é a degradação constante e acelerada do meio ambiente que tem provocado e forçado sua maior patrimonialização.</p>

FONTE: do autor.

Como se pode notar, o patrimônio não é constituído apenas de objetos concretos, que constituem o carácter material de uma determinada sociedade. O patrimônio é formado, também, por todos os elementos da cultura imaterial ou intangível, considerados importantes e significativos para a manutenção, coesão, equilíbrio e preservação do grupo social, seus valores, tradições, crenças e representações.

Patrimônio Imaterial é um conceito adotado em muitos países e fóruns internacionais como complementar ao conceito de patrimônio material na formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda dos patrimônios culturais, sob a perspectiva antropológica e relativista de cultura. Usa-se, também, patrimônio intangível como termo sinônimo para designar as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações. No Brasil, o marco legal para a política de patrimônio cultural imaterial é a Constituição Federal de 1988. No Artigo 216 o conceito de patrimônio cultural aparece estabelecido nas dimensões material e imaterial. Abarca tanto os sítios arqueológicos, obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas – bens de natureza material –, quanto celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral – manifestações de natureza imaterial (VIANNA, 2016, p. 01).



INTERATIVIDADE: Leia o texto de Delphim (2004), publicado pelo IPHAN: O Patrimônio Natural do Brasil. Disponível em: <https://goo.gl/LCVAYo>.

No entanto, em que pese o alargamento das noções de cultura, frequentemente, as políticas de proteção ao patrimônio cultural privilegiam aqueles elementos, objetos e ações próprios da cultura da elite, que compõem a cultura dita erudita, em detrimento da cultura popular, vulnerável aos impactos homogeneizantes do consumismo e da tecnologia moderna. Sobre esta questão, Canclini (2015) afirma:

O popular é nessa história o excluído: aqueles que não têm patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado; os artesãos que não chegam a ser artistas, a individualizar-se, nem a participar do mercado de bens simbólicos “legítimos”; os espectadores dos meios massivos que ficam de fora das universidades e dos museus, “incapazes” de ler e olhar a alta cultura porque desconhecem a história dos saberes e estilos (CANCLINI, 2015, p. 205, grifos do autor).

Essa não é a única crítica às políticas de patrimonialização da cultura e da natureza. Outra se refere a delimitação e demarcação de áreas naturais protegidas e áreas de reserva ambiental. É comum ocorrer conflitos entre os habitantes originais das áreas “protegidas” e as instituições oficiais e seus representantes, responsáveis pela implementação dessas reservas. Haesbaert (2014) assevera que:

Surge então o discurso da “ameaça à natureza” por grupos sociais sem alternativa, pertencentes muitas vezes às parcelas mais

subalternizadas, como no caso brasileiro, agricultores sem-terra e indígenas, expropriados de terras em que, na maioria das vezes, desenvolviam um modo de vida muito mais harmônico no que se refere às relações sociedade/natureza. Podemos dizer que, nesse caso, são os socialmente excluídos – ou melhor, os precariamente incluídos – que acabam pagando o preço da utilização irracional dos recursos por parte dos grupos hegemônicos. Esses acabam impondo uma dissociação completa entre espaços socialmente apropriáveis e “reservas naturais”, como se fosse impossível a utilização ponderada desses recursos, especialmente por grupos que se definem historicamente por um *modus vivendi* “tradicional” muito mais integrado entre sociedade e natureza (HAESBAERT, 2014, p. 204).

Ao contrapor natureza e povos tradicionais, ao distinguir cultura erudita e cultura popular, ao definir e demarcar áreas protegidas e reservas legais, e ao propor e instituir a conservação da pluralidade cultural, a noção de patrimônio torna-se indissociável da questão da territorialidade. Há, portanto, uma lógica espacial associada ao patrimônio, “mesmo o patrimônio imaterial, intangível, possui um lugar, um território, uma espacialidade e um sistema de objetos que dá concretude a este universo simbólico” (PAES, 2012, s/p).

A noção de paisagem cultural permite compreender o patrimônio não apenas a partir de objetos e ações isoladas, mas referenciados espacialmente, pois torna possível, assim, “superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, mas também entre o material e imaterial, entendendo-os como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico. Permite compreender as práticas culturais em estreita interdependência com as materialidades produzidas e com as formas e dinâmicas da natureza” (SCIFONI, 2016, s/p).

As diversas sociedades e suas culturas híbridas deixam suas marcas no espaço, que ao longo do tempo são lidas e ressignificadas segundo os sistemas de valores daqueles que os sucedem. Materializadas ou não nas paisagens culturais, elas tornam-se relevantes para decifrar modos de vida, construções simbólicas e representações sociais de distintas temporalidades. Nas territorialidades dos grupos sociais dialogam, harmonicamente ou não, temporalidades, materialidades, identidades e representações que, concreta e simbolicamente, configuram, reforçam e legitimam as relações sociedade-espço.

Para Heidrich (2006), a objetividade de uma territorialidade, na qual se visualiza certa singularidade da relação sociedade-espço, é resultado de vínculos que um grupo, uma coletividade ou um sujeito estabelece com o espaço. Pode ser de posse (de estar, de localizar-se), de valor (de uso, de produção econômica e de transformação do meio em utilidade social e cultural) e de pertencimento, ligados à produção de uma consciência e representação simbólica. Pode-se compreender, a partir desta discussão, que as paisagens culturais e as territorialidades, consideradas como dimensões interconectadas, estabelecem relações de poder, usos e concepções de uso, sentimentos de pertencimento e laços de identidade.

3

DIVERSIDADE CULTURAL E
TERRITÓRIOS RURAIS

INTRODUÇÃO

Índios, quilombolas e demais povos tradicionais não deixaram apenas uma rica herança cultural nos campos do Brasil. Eles foram no passado, e são no presente, responsáveis pela produção do espaço rural brasileiro, pela sua dinamicidade e diversidade sociocultural. Mas, e quanto ao futuro? O Estado brasileiro garante a esses povos seus territórios e sua autonomia? Em que pese os avanços recentes aos direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas, os conflitos fundiários ainda são frequentes, intensamente violentos e disseminados por todas as regiões do país. Eles resultam, em grande medida, da não coincidência entre as terras juridicamente conquistadas e dominadas por esses povos e suas territorialidades histórica e culturalmente produzidas. Assim, veremos nessa unidade que a Antropologia tem realizado numerosas pesquisas e estudos dessas populações, em diferentes abordagens.

Na primeira subunidade, realizaremos uma periodização dos estudos antropológicos e etnográficos, tendo como referência o trabalho de Júlio Cezar Mellati, escrito em 1983 e publicado originalmente em 1984, em que reconhece três grandes momentos: até 1930, de 1930 a 1960 e após 1960. Ainda nessa perspectiva histórica dos estudos antropológicos a respeito das populações do campo, iremos tratar dos estudos recentes na perspectiva do desenvolvimento local e sustentável. Para isso, abordaremos as noções contemporâneas a respeito do rural e da ruralidade, como forma e possibilidade de uma abordagem territorial do desenvolvimento. Por fim, na terceira e última subunidade, será dada ênfase à necessidade de, ao pensar nos projetos e objetivos nacionais, considerar as perspectivas trazidas pelo etnodeenvolvimento, ou seja, qualquer que seja o projeto de nação, o desenvolvimento rural deve ser pensado por e a partir dos povos tradicionais – sociedades indígenas, quilombolas, camponeses e todos os demais tipos e grupos sociais que constituem a sociodiversidade rural brasileira.

3.1

PRINCIPAIS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS SOBRE O RURAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os estudos antropológicos no Brasil possuem uma larga tradição, apesar da recente institucionalização das Ciências Sociais no país. Por outro lado, são ainda poucos os estudos que tratam da evolução histórica desses estudos, sobretudo em relação à Antropologia Rural.

Entre esses estudos que procuram entender os caminhos trilhados pela antropologia brasileira ao longo do tempo, destaca-se o de Mellati (2007), publicado originalmente em 1984. Trata-se de um roteiro que busca dar conta da história da Antropologia brasileira e de periodizá-la segundo os principais períodos de seu desenvolvimento. No que diz respeito à Antropologia das populações rurais, Mellati identifica os seguintes períodos que iremos descrever a seguir: (a) o primeiro período, que compreende os escritos produzidos até 1930; (b) de 1930 a 1960 e; (c) após 1960.

Antes de descrever as contribuições para a Antropologia em cada período, o autor destaca a produção dos **cronistas**, pois, até o início do século xx, não havia cientistas especializados em Antropologia no Brasil, nem estudos sistemáticos sobre esse tema. No entanto, desde o início da conquista das terras brasileiras pelos europeus, vieram expedições de exploração e registro das terras ainda desconhecidas. Elas tinham como função fazer o reconhecimento e mapeamento do território brasileiro e enviar às terras de origem registros iconográficos e minuciosos relatos que descreviam a diversidade da natureza, as riquezas minerais, da fauna e da flora, e a diversidade dos tipos humanos que já habitavam essas terras, seus hábitos, usos e costumes. Essas expedições, além de levarem informações reais sobre as riquezas que aqui haviam, também ressaltavam o pitoresco e o exótico, destacando, por meio de imagens e textos dos exploradores e artistas viajantes, a vontade de viajar e as “maravilhas” das terras do Novo Mundo.

Militares, religiosos, artistas, navegadores, naturalistas, cientistas e curiosos em geral produziram, por mais de quatro séculos, atravessando a Colônia, o Império e mesmo a República Velha, diários, relatórios, gravuras, desenhos, aquarelas, pinturas, crônicas, sermões, mapas, croquis, inventários, coleções e outros documentos que compõem um rico acervo sobre a visão dos europeus dos povos que aqui viviam e sua diversidade étnica. Muitas dessas expedições eram missões oficiais a serviço dos governos europeus ou de alguma forma contratadas para promoverem um “levantamento” dos recursos disponíveis nessas terras. Grande parte desse acervo hoje integra a coleção de muitos museus europeus e outros espalhados pelo mundo.

Essa valiosa contribuição deixada pelos cronistas deve ser tomada com ressalvas, uma vez que muitas delas foram produzidas quando já estavam de regresso aos seus países de origem, valendo-se de relatos de terceiros ou a partir da própria

memória. Além disso, carregam um olhar etnocêntrico, comum à época, quando não raro fantasioso ou claramente fictício. Porém, é preciso destacar que, examinando cuidadosamente quem as produziu e suas circunstâncias, é possível ainda extrair conhecimentos e informações dessas inesgotáveis fontes.

3.1.1 O período até 1930

Ao tratar da **Etnologia** no Brasil, o autor considera esse período como marcado pelos estudos etnográficos desenvolvidos por pesquisadores e estudiosos de outras áreas e profissões, tais como engenheiros, militares, jornalistas, médicos e advogados que se interessaram sobretudo pelos indígenas. Mellati (2007) assevera sobre esses estudos:

A partir de meados do século passado, alguns brasileiros se incumbem de tarefas de caráter etnológico. Esses pesquisadores, quase todos autodidatas em Antropologia, a par de seus levantamentos a respeito de índios, negros, sertanejos, mostravam na maior parte dos casos um certo interesse no destino das populações que estudavam e seu lugar na formação do povo brasileiro, cujo futuro era objeto de suas preocupações. Boa parte desses autores vivem um conflito entre a simpatia que devotavam às minorias que estudavam e a situação de inferioridade em que as colocavam na hierarquia biológica que supunham existir. Sobre as idéias conflituosas a respeito da população nacional, mantidas pelos intelectuais brasileiros no final do Império e da Primeira República, é muito útil a leitura de Thomas Skidmore (1976). Por outro lado, esses autores já estavam atentos para o problema do contato interétnico, tratado daí por diante por todas as gerações de etnólogos brasileiros, naturalmente segundo os recursos teóricos de cada época (MELLATI, 2007, p. 5).



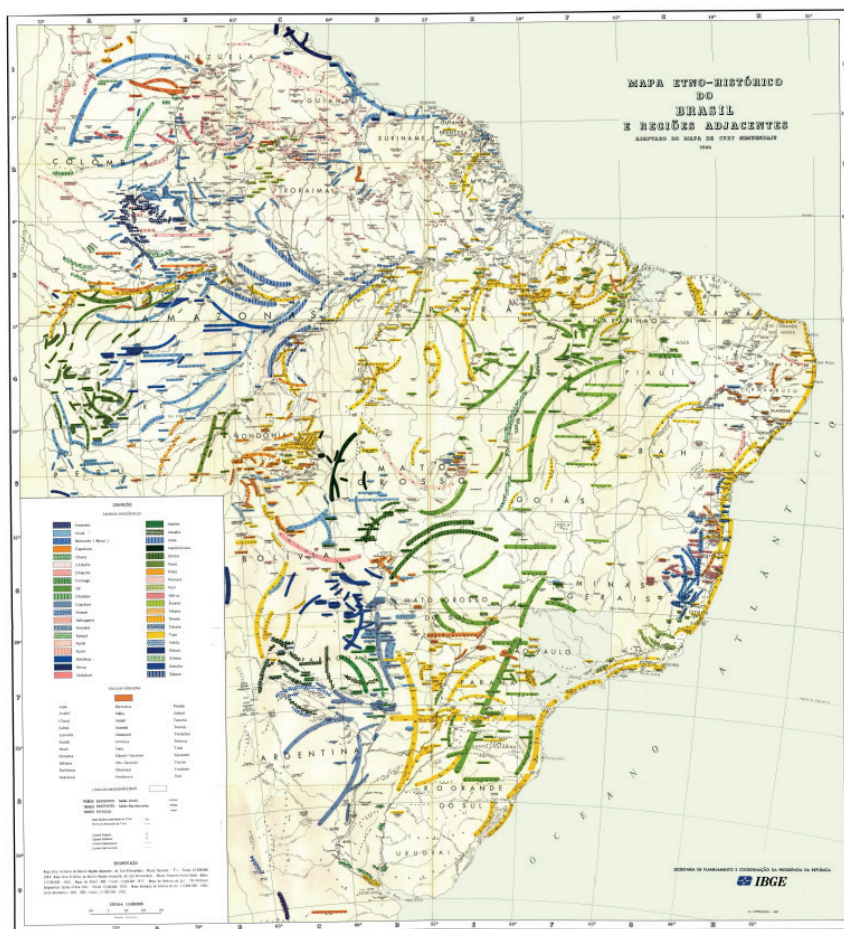
TERMO DO GLOSSÁRIO: Etnologia: parte da Antropologia Social ou Cultural em que o pesquisador entra em contato direto com a comunidade ou grupo social pesquisado.

Merece destaque os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros, sobretudo alemães, interessados nas sociedades indígenas. Von Martius, Spix, Karl von den Steiner, Paul Ehrenreich, Herrmann Mayer, Max Schmidt, Theodor Koch-Grünberg e Curt Nimuendajú são alguns desses estudiosos que realizaram expedições ao interior do país interessados nos costumes, mitos, tradições, línguas e demais aspectos da cultura das várias etnias indígenas visitadas. Muitos desses estudos estavam impregnados pelas preocupações evolucionistas e difusionistas. Igualmente, essa perspectiva começa a mudar no final desse período, a partir de estudos que privilegiam a organização social dos grupos pesquisados, seja para a manutenção dos seus aspectos estruturais, seja para promover as mudanças consideradas necessárias para a catequização dos indígenas.



INTERATIVIDADE: Conheça um pouco mais da vida e obra de Curt Nimuendajú, herói da Antropologia brasileira, no sítio: <https://goo.gl/V5tnqd>

FIGURA 7: O mapa etno-histórico do Brasil, de Nimuendajú..



FONTE: IBGE (<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281619>)

3.1.2 O período compreendido entre os anos 1930 e 1960

Nesse período, ocorreram fatos significativos que influenciaram sobremaneira os estudos antropológicos no Brasil. Entre esses fatos, destaca-se a fundação da Universidade de São Paulo, que impulsionou a formação de cientistas, além de promover a vinda e o intercâmbio de pesquisadores estrangeiros, europeus e norte-americanos, que contribuíram significativamente para a formação dos pesquisadores nacionais e para a realização de pesquisas em várias regiões do país.

Mellati (2007), ao descrever esse período, ressalta suas principais vertentes:

a) As interpretações gerais do Brasil – em que se destacam os estudos dedicados à sociedade brasileira e aos grupos que deram origem ao povo brasileiro. Bresser-Pereira (1982) distingue duas grandes correntes interpretativas do Brasil: a vocação agrária e a nacional-burguesa. A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira é a corrente hegemônica no período, apesar de não deter

mais o poder político hegemônico do Estado brasileiro, desde a Revolução de 1930. Nessa corrente, o Brasil:

É o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto, inferior. É o país que Oliveira Vianna vê embranquecer-se. É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado. É o Brasil macunaímico de Mario de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a visão da família Mesquita, no comando do jornal O Estado de São Paulo, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufanista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freire. É o Brasil essencialmente agrícola de Murtinho e de Eugênio Gudín (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 272).

Por sua vez, a interpretação nacional-burguesa lança uma crítica profunda, não só às correntes interpretativas da vocação agrária, mas também à cultura oligárquica e semicolonial do país, considerada “alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 174). A partir disso, formulam um projeto industrializante e politicamente independente para o país. Incluem-se nessa vertente Alberto Passos Guimarães, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, além de Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

b) Os estudos de mudança social, mudança cultural e aculturação – esses estudos tinham como foco os grupos indígenas, as populações negras, os imigrantes estrangeiros e seus descendentes e as populações de áreas estagnadas de povoamento antigo (MELLATI, 2007). Merecem destaque pelos estudos da cultura negra, sobretudo crenças e ritos religiosos, Arthur Ramos, Melville Herkovits e Roger Bastide. Herbert Baldus, James Watson, Charles Wagley, Eduardo Galvão, Fernando Altenfelder Silva, Robert Murphy, Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro foram pesquisadores dedicados à questão das relações inter-étnicas entre indígenas e brancos, em diferentes perspectivas. Estudos sobre imigrantes foram desenvolvidos por Egon Schaden, Emílio Willems, Hiroshi Saito, Altiva Pilatti Balhana, Hermelinda Maria Pretto, entre outros (MELLATI, 2007).

c) O funcionalismo nos estudos das culturas e sociedades indígenas – essa vertente adquire reconhecimento com os trabalhos de Florestan Fernandes sobre a organização social dos índios Tupinambás (1963) e a função da guerra na sociedade Tupinambá (1970). Darcy Ribeiro também imprime esse método nos seus estudos sobre os Kadiwéu.

d) Os estudos de comunidade – por meio das técnicas da etnologia, esses estudos centravam-se na observação direta de pequenas vilas e cidades do interior do país. Várias dessas pesquisas foram realizadas no país, pois com elas:

[...] pretendia-se chegar a uma visão geral da sociedade brasileira, através da soma de muitos exemplos distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Além desse objetivo geral, tais estudos estavam quase sempre voltados para objetivos específicos, como mudança cultural, persistência da vida tradicional, problemas de imigrantes, educação e vários outros (MELLATI, 2007, p. 18).



SAIBA MAIS: O texto de Antônio Cândido, “Os parceiros do Rio Bonito”, publicado pela primeira vez em 1964, sobre o caipira paulista, é um clássico desses estudos e por isso deve ser lido.

e) A abordagem funcionalista do folclore – inclui os trabalhos então desenvolvidos no campo das Ciências Sociais, mas também da etnologia, em particular, afeitos às amplas manifestações da cultura popular e transmitidos, via de regra, pela oralidade. Danças, costumes, tradições, lendas e outras expressões próprias das camadas populares foram descritas ou interpretadas em suas relações com a sociedade envolvente, suas mudanças e continuidades.

f) Relações sociais entre negros e brancos – nesses estudos destacam-se as questões relacionadas ao relacionamento entre brancos e negros na sociedade brasileira e os problemas do racismo e da discriminação racial. A obra de Florestan Fernandes e Roger Bastide: “Branco e negro em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”, publicada em 1959 na Coleção Brasileira pela Companhia Editora Nacional, inclui-se nesses estudos pioneiros que relatam os problemas raciais do país.



SAIBA MAIS: Leia o texto de Carlos Rodriguez Brandão, “O que é folclore”, disponível em: <https://goo.gl/kfCcpn>

QUADRO 5: Síntese sobre Estudos de Comunidade.

“Os Estudos de Comunidade contribuíram sobremaneira para que a realidade social dessas comunidades fosse conhecida, permanecendo os dados sociais e ecológicos contidos nesses estudos como fonte profícua para que pesquisadores possam produzir análises explicativas. Esses dados constituíram material utilizado na compreensão da dinâmica social brasileira entre as décadas de 1940 e 1960, especialmente, mas também evidenciaram questões metodológicas e cognitivas que perpassaram a produção intelectual sobre o país no período. Por isso mesmo, apontamos os EC como uma marca importante na história das ciências sociais no Brasil, visto que estão ligados ao surgimento de instituições acadêmicas no campo das ciências sociais, constituíram meio de treinamento de diversos cientistas e relevante elo entre seus trabalhos e amplos projetos de pesquisa social em sintonia com a temática do desenvolvimento”.

FONTE: Oliveira e Maio (2011, p. 544).

3.1.3 A partir dos Anos 1960

Os últimos 60 anos assistem à ampliação do número de centros de pesquisa voltados aos estudos antropológicos brasileiros e à formação de cientistas especializados na realidade nacional, que alcançam grande projeção nas Ciências Sociais, no Brasil e no exterior. São verificadas mudanças nas orientações filosóficas e teórico-metodológicas das pesquisas desenvolvidas que substituem o funcionalismo e o organicismo pelo estruturalismo e o marxismo:

As orientações teóricas se modificam. Os estudos de contato interétnico, antes voltados para as modificações culturais, atentam agora mais para o conflito entre interesses, regras e valores das sociedades em confronto. Preocupações de caráter estruturalista e etno-científico substituem as interpretações funcionalistas. O próprio marxismo se torna um importante instrumental de interpretação, porém matizado por uma tendência que pouco a pouco vem caracterizando cada vez mais os trabalhos deste período: levar em conta os diversos pontos de vista a partir dos quais se pode ver e interpretar a realidade. Relacionado com ela está o cuidado que se vem dando ao exame do papel do próprio pesquisador frente à sociedade estudada (MELLATI, 2007, p. 22).

Nesse sentido, os trabalhos a respeito da aculturação de indígenas são substituídos por pesquisas sobre as fricções interétnicas que dão relevo aos confrontos entre populações tradicionais, sobretudo indígenas, e as frentes pioneiras e de expansão que os colocam em situação de subordinação e exploração. Também resultam importantes os estudos de fricção entre missões religiosas e escolares com populações indígenas. Esses estudos focalizam aspectos econômicos, políticos e sociais internos aos grupos indígenas, mas também entre índios e não-índios. Os trabalhos efetuados também dão ênfase às populações camponesas brasileiras, suas relações com a sociedade envolvente, sua diversidade regional, suas relações familiares e de trabalho, além dos conflitos pela posse e uso da terra.

Amplia-se o temário da ciência, incorporando-se problemáticas associadas à própria dinâmica da sociedade urbano-industrial contemporânea que avança sobre o campo impondo seu tempo, seus movimentos e suas técnicas: lutas, conflitos e confrontos são responsáveis por resistências e resiliências, mas também resultam em derrotas, expropriações, expulsões e mortes dos indivíduos e grupos que vivem e habitam o rural brasileiro. A Antropologia rural deles se ocupa: trabalho, família, festas, lutas, terra, contradições, rituais, enfrentamentos e perspectivas povoam o universo sempre renovado de suas pesquisas e confrontam os pesquisadores com o destino de seu próprio trabalho.

3.2

OLHARES ANTROPOLÓGICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E SUA ABORDAGEM TERRITORIAL

Os espaços rurais, como vimos até agora, são construções sociais historicamente produzidas pelas articulações entre cultura e natureza, o que lhes confere singularidades e especificidades. No entanto, não constituem, por isso, universos isolados e alijados do movimento geral da sociedade. São espaços integrados à dinâmica econômica e social global, razão pela qual qualquer projeto de desenvolvimento rural deve partir dos seguintes fundamentos:

- » os espaços rurais são espaços singulares – pois sociedade e natureza se combinam de forma única em cada lugar;
- » os espaços rurais são diversos e plurais – decorrentes da diversidade sociocultural de seus habitantes;
- » os espaços rurais não são mundos isolados – eles se articulam e se conectam, por meio dos fluxos e redes, ao sistema global;
- » os espaços rurais possuem uma realidade própria – ou seja, são histórica, social e culturalmente específicos.

Maria Nazaré Wanderley (2001, p. 40) enumera as concepções que devem nortear o desenvolvimento rural:

a) que seja baseado em uma concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento;

b) que se constitua como um movimento, capaz de envolver, sob todas as formas, os habitantes do meio rural em sua diversidade, bem como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores, no Governo, nas Universidades, nas ONGs e nos movimentos sociais. Elas são as que mais conhecem o meio rural em sua complexidade, as que demonstram maior sensibilidade para os problemas rurais, tendo criado, de uma certa forma, uma “cultura rural” e integrado às forças sociais para o desenvolvimento;

c) que defina pressupostos e objetivos que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais:

- » considerar o habitante do meio rural como um cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político;

- » favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades, entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais;

d) que, reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegure que as políticas voltadas para a agricultura:

- » recuperem produtivamente o potencial de terras e recursos naturais, hoje “desperdiçados”, de forma a revitalizar socialmente os espaços vazios ou esvaziados;
- » valorizem o patrimônio natural e cultural do meio rural, inclusive seu “patrimônio” produtivo;
- » favoreçam não o proprietário, mas o produtor;
- » considerem a agricultura familiar como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna.

QUADRO 6: Síntese dos diversos mundos rurais.

“Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência ‘identitária’) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). Dada a grande diversidade de situações encontradas no meio rural, considero de grande necessidade e urgência a elaboração de tipologias que evitem generalizações precipitadas e que, ao mesmo tempo, consiga articular os diversos ‘tipos’ observados em um quadro geral de análise”.

FONTE: Wanderley (2001, p. 32).

Assim, as políticas de desenvolvimento e ordenamento dos territórios rurais devem considerar a multidimensionalidade desses espaços, suas dinâmicas próprias e suas especificidades intrínsecas. Devem visar o respeito e a valorização das populações que neles vivem e trabalham, seus interesses e suas necessidades, salvaguardando o patrimônio natural e cultural. Deve ser um processo integrado e não setorializado, cuja finalidade é a promoção do uso e ocupação do território de acordo com suas capacidades, possibilidades e vocações, na perspectiva de assegurar a preservação da natureza e a reprodução socioeconômica e cultural de seus habitantes.

O desenvolvimento territorial rural tem por objetivos:

- a) garantir o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação da natureza;
- b) assegurar o acesso à terra e às condições dignas de trabalho das populações rurais;
- c) reconhecer e valorizar as diversidades dos territórios rurais e suas paisagens;
- d) promover e solidificar a integração e organização dos territórios, oportunizando aos cidadãos iguais condições de acesso aos equipamentos, infraestruturas e serviços;
- e) asseverar a autonomia das populações rurais tradicionais;
- f) proteger, valorizar e difundir o patrimônio cultural e natural;

- g) promover a qualidade de vida e as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) empreender as articulações entre os sistemas urbanos e rurais, garantindo a funcionalidade e a fluidez das redes e fluxos;
- i) conter o êxodo rural, incentivando a geração de renda e as oportunidades de trabalho e emprego;
- j) prevenir os riscos naturais e os riscos decorrentes das atividades econômicas;
- k) salvaguardar as potencialidades do espaço rural.

No Brasil, as políticas públicas para o rural também incorporaram a dimensão territorial do desenvolvimento. Um exemplo disso é a institucionalização, em 2003, dos *Territórios Rurais* pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2008, essa política amplia-se por meio da criação dos *Territórios da Cidadania*. O programa *Territórios da Cidadania*, atualmente, está sob a responsabilidade do Ministério da Casa Civil (MCC), pois tem como princípio articular a atuação de diferentes órgãos do governo federal, mas é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que pertence à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário.



INTERATIVIDADE: Acesse o site da Secretaria de Desenvolvimento Territorial no endereço a seguir e descubra mais sobre a abordagem territorial do desenvolvimento:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>

O programa, através da delimitação de unidades territoriais, visa aproximar as escalas nacional, municipal e estadual e, especialmente, as organizações sociais, com o objetivo de potencializar, interiorizar e expandir o acesso às políticas públicas para as populações excluídas, principalmente, aquelas situadas no campo. O programa busca intensificar, de forma diferenciada, a atenção estatal para as áreas mais deprimidas, direcionando, além de ações comuns a outros lugares, políticas distintas que contam com a participação local de forma consultiva, deliberativa e propositiva. Nesse sentido, o programa *Territórios da Cidadania* está fundamentado no aporte teórico da abordagem territorial do desenvolvimento e consiste na demarcação de territórios. Esses **territórios** reúnem municípios próximos com características em comum. Em sua dimensão política congregam entidades da sociedade civil e poder público em torno da construção de ações destinadas, em especial, aos agricultores familiares, assentados, povos quilombolas, indígenas, pescadores e piscicultores familiares (CARVALHO; DE DAVID, 2011). No Brasil, em 2010, foram definidos 164 territórios, sendo 44 somente *Territórios Rurais* e 120 *Territórios da Cidadania*. No Rio Grande do Sul (RS), existem sete territórios reconhecidos oficialmente, dos quais quatro são *Territórios da Cidadania* e três são *Territórios Rurais*.



SAIBA MAIS: Uma avaliação global dessa política pode ser encontrada na obra de Tania Bacelar de Araújo: “Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil”, disponível em: <https://goo.gl/gtpJ42>.

No entanto, outras políticas e ações, em diferentes esferas e escalas, também contemplam o desenvolvimento rural em ancoragens territoriais, (re)conhecendo identidades e pertencimentos, numa perspectiva integradora, resgatando e valorizando a incrível sociodiversidade do campo brasileiro.

3.3

ETNODESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIOS RURAIS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tratar do desenvolvimento nos países do Sul é sempre uma questão nevrálgica, pois, a pretexto do progresso a qualquer custo, muitos povos, comunidades e culturas foram desrespeitadas, expropriadas de suas terras e, até mesmo, massacradas e exterminadas. Foram frequentes, na história do Ocidente, e particularmente da América Latina, a subjugação de povos, tribos e grupos sociais pelos projetos de desenvolvimento e modernização econômica e tecnológica. Nesse processo hegemônico avassalador, saberes tradicionais, formas específicas e autênticas de organização social, métodos e técnicas ancestrais de cultivos e produção artesanal, tratos culturais rudimentares, tradições e hábitos seculares, foram substituídos e/ou suprimidos pelas formas “ditas” mais avançadas de produção e consumo, asentadas no emprego das tecnologias modernas, na mecanização e nos insumos químicos, mais produtivos e rentáveis.

É possível conciliar os modos de vida tradicionais com os avanços mais recentes da tecnologia e da vida moderna? Essa talvez seja uma das perguntas mais frequentes entre os antropólogos e a mais difícil de responder. É inegável que o acesso às tecnologias, às inovações e aos conhecimentos produzidos recentemente são patrimônios de toda a humanidade e não apenas deste ou daquele povo ou país. Porém, cada grupo social tem o direito ao desenvolvimento diferenciado, com autonomia e respeito às pluralidades e diversidades etnoculturais.

QUADRO 7: Conceito de desenvolvimento local.

“Não pode haver uma só via de desenvolvimento...

Como contraponto à hegemonia ocidental, antropólogos começaram a trabalhar com o conceito de ‘desenvolvimento local’ no intuito de documentar etnograficamente as distintas maneiras pelas quais o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado por distintas sociedades (DAHL; RABO, 1992). Várias etnografias demonstraram que o conceito de desenvolvimento tem sido usado, interpretado, questionado e reproduzido por grupos locais em formas divergentes. Essas pesquisas revelaram que o desenvolvimento tem múltiplos sentidos e que interage em formas diferenciadas entre distintos grupos étnicos e religiosos”.

FONTE: Little (2002, p. 38).

Assim, a perspectiva do etnodesenvolvimento é a possibilidade de pensar o desenvolvimento a partir da sociodiversidade. Little (2002) define:

O termo “etnodesenvolvimento” tem duas grandes acepções na literatura especializada: (1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (veja STAVENHAGEN, 1985). Na realidade, as duas acepções não são excludentes. Ao contrário, existem em relação dialética constante de tal modo que o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só promoveria a existência de grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural (LITTLE, 2002, p. 39).



INTERATIVIDADE: Acesse o sítio WEB da FUNAI e veja o que ele diz sobre etnodesenvolvimento, no link:

<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoas/2013-11-18-18-38-38>

Portanto, o etnodesenvolvimento pressupõe a autonomia dos povos tradicionais sobre seu território e suas perspectivas de pensar e gerir o seu presente e o seu próprio futuro. Nessa perspectiva, assegura-se não só o direito à educação, à saúde e às condições dignas de vida, mas que esses direitos sejam gestados, decididos e implementados a partir das necessidades e interesses dos próprios sujeitos de direito. Ou seja, que assegure o protagonismo das populações nas definições e nas decisões sobre seus projetos de vida, nos usos e disposições de seus recursos e na gestão de seus territórios, sua autodeterminação.



INTERATIVIDADE: Conheça o projeto integrado de etnodesenvolvimento do Povo Sateré-Mawé. Veja o vídeo no endereço:

<https://www.youtube.com/watch?v=E8c3qm14Hak>

3.3.1 Povos Tradicionais e seus territórios

Considerando a diversidade das populações tradicionais do Brasil e suas territorialidades distintas, assim como as especificidades de suas lutas pelo acesso à terra e aos direitos, subdividiremos didaticamente esses povos em três grupos: as sociedades indígenas, os quilombolas e os povos tradicionais do campo (aqui incluída uma imensa diversidade de grupos), assumindo-se os riscos da generalização excessiva, haja vista a diversidade intrínseca a cada uma dessas categorias. Antes de abordar cada uma delas, é necessário que se esclareça, também, o que se entende por povos ou comunidades tradicionais.

Os povos e comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (BRASIL, 2007).

O mesmo decreto que define povos e comunidades tradicionais institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sob a coordenação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), do Ministério dos Direitos Humanos.



INTERATIVIDADE: Acesse o site da Nova Cartografia Social da Amazônia e conheça mais a respeito dos povos tradicionais do Brasil, no endereço:

Fazem parte dos povos e comunidades tradicionais os **indígenas**, os quilombolas, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco-de-babaçu, os faxinalenses, as comunidades de fundo de pasto, os pescadores artesanais, as marisqueiras, os ribeirinhos, os varjeiros, os caiçaras, os praieiros, os sertanejos, os jangadeiros, os açorianos, os campeiros, os rincões, os varzanteiros, os pecuaristas familiares, os pantaneiros, os caatingueiros, os cipozeiros, os caboclos, os caipiras, entre outros.



ATENÇÃO: Incluiremos os indígenas entre os povos e comunidades tradicionais; porém, dada a especificidade da legislação brasileira que a eles se refere, muitos estudiosos os tratam como categoria distinta.

OS POVOS INDÍGENAS

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil, estima-se que havia mais de 300 grupos indígenas ocupando o território, num total de aproximadamente cinco milhões de pessoas. Sem reconhecer o direito dos índios ao território que ocupavam, a Coroa Portuguesa considerou as terras devolutas, concedendo o direito ao uso de grandes extensões, as sesmarias. Nas terras doadas desenvolve-se o sistema de *plantation*, grandes explorações voltadas à exportação, empregando mão de obra escrava. Inúmeros conflitos entre o colonizador e os grupos indígenas nativos têm origem:

Confederação dos Tamoios - Rio de Janeiro e São Paulo (1556-1567)

Guerra dos Aimorés - Bahia (1555-1673)

Guerra dos Potiguares - Paraíba e Rio Grande do Norte (1586-1599)

Bandeirantes, bugreiros, entradas e bandeiras - (séculos XVI e XVII)

Levante dos Tupinambás - Espírito Santo e Bahia (1617-1621)

Confederação dos Cariris - Paraíba e Ceará (1686-1692)

Guerrilha dos Muras - (século XVIII)

Guerra dos Emboabas - São Paulo e Minas Gerais (início de 1700)

Guerra dos Manaus - Amazonas (1723-1728)

Resistência Guaicuru - Mato Grosso do Sul (1725-1744)
Guerra Guaranítica - Região Sul (1751-1757)

Com a independência do país, os conflitos não cessam, forçando os povos indígenas à resistência. Dos confrontos a que foram submetidos e como resultado de suas lutas, cada coletividade indígena forjou uma territorialidade própria, ou seja, uma forma específica de ocupar e controlar suas terras, usufruir de seus recursos, relacionar-se entre si e com a sociedade envolvente – indígena e não-indígena – e identificar-se com o lugar. É necessário frisar que as territorialidades não são rígidas e fixas. A territorialidade indígena, como as demais, está submetida a processos sócio-históricos responsáveis pelas mudanças ao longo do tempo. É frequente a expulsão de grupos indígenas de suas terras ancestrais, assim como sua territorialização em outros lugares, como resultado de conquistas de novas terras ou de processos de etnogênese.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Etnogênese – é o processo de ressurgimento de etnias ou emergência de novas identidades étnicas a partir de autorreconhecimentos, fusões ou diferenciações socioculturais.

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas (LITTLE, 2002, p. 05).

Little (2002) conta o caso da sociedade indígena Panará, que ilustra bem o processo de des-territorialização e reterritorialização:

Com a construção da rodovia Cuiabá-Santarém no final da década de 60, esse grupo radicado no norte do estado de Mato Grosso começou a sofrer invasões das suas terras por parte de garimpeiros e fazendeiros, e ataques dos Kayapó com armas de fogo, abundantemente munidos pelos missionários. Nesta época, se estima que havia 600 Panará vivendo em oito aldeias. Um processo de “pacificação” dos Panará foi empreendido pela FUNAI a partir de 1967, conseguindo o primeiro contato com o grupo somente em 1973. Depois de mais dois anos de invasões, foi tomada a decisão de levar os 69 Panará sobreviventes ao Parque Indígena do Xingu. Nos vinte anos seguintes esse grupo mudou sete vezes, mas começou a se recuperar demograficamente. Foi no início da década de 90 que algumas das lideranças Panará insistiram em voltar ao seu território original, isto é, o que eles consideram como seu verdadeiro lugar. Uma área pouco

destruída de 488.000 ha. Na bacia do rio Peixoto de Azevedo foi identificada como sua nova terra indígena e, a partir de 1995, o grupo, agora com 174 indivíduos, começou o processo de volta a seu homeland (LITTLE, 2002, p. 10).

Além disso, cabe destacar que a territorialidade dos distintos grupos indígenas brasileiros não corresponde, necessariamente, aos territórios formalmente reconhecidos pelo Estado brasileiro. Segundo a FUNAI (2016), a demarcação e homologação das terras indígenas é um processo complexo que reconhece, nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n. 1775/96), as seguintes modalidades:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:

São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n. 1775/96.

Reservas Indígenas:

São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais:

São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Interditadas:

São áreas interditadas pela FUNAI para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n. 1775/96.



INTERATIVIDADE: Saiba como é o processo administrativo de demarcação das terras indígenas em:

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

As “terras Indígenas” são equivalentes aos “territórios” indígenas?

Dominique Gallois responde essa questão: “Como expuseram vários estudos antropológicos, a diferença entre ‘terra’ e ‘território’ remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”.

FONTE: Gallois (2004, p. 39).

É, em grande medida, a inconformidade e não-equivalência entre as terras indígenas formalmente reconhecidas pelo Estado e as territorialidades próprias a cada uma das sociedades indígenas a responsável pelos recorrentes conflitos e confrontos entre índios e não-índios. Compreende-se, então, que cada sociedade indígena possui uma forma única de territorializar-se, ou seja, uma organização territorial específica à sua cultura.

OS QUILOMBOLAS

Os quilombos originam-se da territorialização negra que ocupou espaços marginais situados (e sitiados, frequentemente) nos interstícios das fazendas e estâncias, e submetidos ao recorrente conflito pela posse da terra e à constante violência empreendida pelas classes detentoras do capital, que na tentativa de apropriar-se dos recursos e da terra subjugaram essas populações à contínua expropriação, persistindo até os dias de hoje. Formados no período escravocrata como forma de resistência e enfrentamento à condição de cativo, ou posteriormente como resultado de inúmeras estratégias de enfrentamento e luta contra a situação subalterna do negro na sociedade brasileira que persistiu após a abolição, os quilombos constituíram territórios vitais para a manutenção e reprodução das famílias e comunidades de ex-escravos e seus descendentes.

Os quilombos foram uma das formas encontradas para garantir o acesso e a permanência sobre a terra, numa territorialidade expressa em inúmeras estratégias, tais como a organização social comunitária, a constituição de vínculos de parentesco e vizinhança, a reprodução camponesa, a (re)invenção de mitos e tradições, a configuração de alianças e vínculos com as sociedades circundantes, a venda ou troca de trabalho, entre outras formas de assegurar a posse e o domínio de seus territórios.

Os territórios quilombolas enquanto não oficialmente reconhecidos, delimitados e demarcados estão sujeitos a uma série de ameaças, pois:

Faz parte da estratégia de apropriação da terra pelo capital, a expansão das médias e grandes propriedades rurais sobre áreas tradicionalmente ocupadas e apossadas pelos negros e seus descendentes, através de inúmeros subterfúgios como a destruição

de marcos referenciais de domínios, a invasão das terras pelos rebanhos, o avanço do cercamento dos campos, a falsificação de documentos e títulos de propriedade, comuns também em outras regiões do país. Soma-se a isso, o silenciamento dessas populações traduzido no “esquecimento” de seu papel na ocupação e organização do espaço por parte da história e geografia oficiais (DE DAVID, 2011, p. 321).

Assim, o reconhecimento e titulação das terras quilombolas são imprescindíveis para assegurar e garantir sua posse e domínio, além de preservar e valorizar a identidade étnica e a autonomia econômica e sociocultural das comunidades quilombolas. Tal direito é assegurado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. A titulação das terras quilombolas era realizada, até 2003, pela Fundação Cultural Palmares. Por força do Decreto 4.887 de 2003 essa competência passou a ser do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, a Fundação Palmares continuou responsável pelo reconhecimento e certificação dos quilombos, primeiro passo para a sua titulação.



INTERATIVIDADE: Acesse o site da Fundação Palmares e descubra o que ela considera como Comunidade Remanescente de Quilombo e as comunidades certificadas até 2016:

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

QUADRO 9: Território dos quilombolas.

“A despeito das dificuldades, a luta quilombola para valer seu direito ao território evidencia a necessidade de se assegurarem os lugares desse grupo e os processos de significação que fazem do território uma referência para a reprodução social e cultural da coletividade. Somente com a garantia do território, espaço apropriado sob as condições determinadas pelo grupo, pode-se resgatar o significado de cada lugar com a potencialidade necessária ao desenvolvimento das características que a identidade encerra, pressuposto para a luta contra as espoliações provocadas pela expansão dos modelos hegemônicos de apropriação territorial. A territorialidade quilombola funciona, nesse sentido, como contra-hegemonia em torno da qual são elaboradas propostas de novos pactos sociais, baseados nas demandas políticas, econômicas e culturais dos quilombolas”.

FONTE: Rocha (2009, p. 244).

OS DEMAIS POVOS TRADICIONAIS DO CAMPO

A terra enquanto propriedade formal de um indivíduo ou grupo somente surge no Brasil com a Lei 601 de 1850, que inaugura a propriedade privada. No entanto, já existiam outras formas de acesso e usufruto da terra antes dessa data e continuaram existindo depois dela. Grupos sociais diversos já ocupavam espaços onde produ-

ziam seus territórios: apropriavam-se da terra, cultivavam, criavam ou extraíam seus alimentos e matérias-primas, construía suas moradias, estabeleciam suas relações e organizavam seu trabalho e seu lugar de forma específica, em contraposição às concepções hegemônicas da terra como mercadoria, sujeita à exploração econômica e ao controle pelo aparato político-institucional vigente. Essas formas diferenciadas de apropriação, organização e exploração dos territórios – e não somente da terra, mas também das águas (rios, lagos, córregos), várzeas, praias, florestas e matas, entre outras – constituem formas de ocupação dos povos e comunidades tradicionais.

QUADRO 10: Critérios de identidade dos povos.

POVOS TRADICIONAIS E IDENTIDADES...

“Os povos e comunidades tradicionais no Brasil têm se autoatribuído identidades praticamente a partir de quatro critérios: pelo critério étnicorracial, como os povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos, povos de terreiro, dentre outros; a partir da ligação com algum bioma ou ecossistema específico, como os geraizeiros ou povos do cerrado, os caatingueiros ou povos da caatinga, os pantaneiros (povos do pantanal dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul); por uma atividade laboral predominante que figura como marca identitária, como os seringueiros, castanheiros, açazeiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba, apanhadores de flores sempre vivas, marisqueiros(as), dentre outras; pelo tipo de ocupação e uso do território, conjugado com circunstâncias histórico-conjunturais, como os retireiros do Araguaia (criadores de gado na solta, em retiros), os faxinalenses (moradores de faixas de terra no Paraná que cultivam a erva-mate, extraem o pinhão e criam suínos na solta), as comunidades de fundos e fechos de pastos na Bahia (que vivem do extrativismo de frutos da caatinga, da criação de caprinos e ovinos na solta, praticando o uso comum do território), os vazanteiros (que vivem nas vazantes do rio São Francisco e outros rios nacionais, os ilhéus (moradores de ilhas litorâneas que consorciavam a pesca artesanal com o cultivo e o extrativismo). Além desses critérios, há quem defenda a autoafirmação por motivos estritamente culturais, como os congadeiros, os maracatus, a família circense (pequenos circos tradicionais, marcados pela transumância e pela família extensa como base da organização e reprodução social do grupo), dentre outros. Aqui ainda não há consenso, alguns afirmam que esses traços culturais são somente diacríticos, e não forças mobilizadoras de grupos que se configuram etnicamente”.

FONTE: Costa Filho (2015, p. 2).



INTERATIVIDADE: Veja o documentário sobre as quebradeiras de coco do Pará, disponível em:

<http://www.antropologiasocial.com.br/antropologia/antropologia-rural/>

Para Little (2002):

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p. 11).

Se no passado a luta dos povos do campo pelo direito ao trabalho e à terra era dirigida ao grande proprietário, na figura do senhor de engenho ou coronel no Nordeste e Sudeste do Brasil, ou do Estancieiro no Sul, hoje esse combate é ainda mais difícil, pois o latifúndio não mais personaliza uma identidade – ele é a extensão de grandes empresas capitalistas, grandes monopólios financeiros, grandes empresas e grupos nacionais e transnacionais. No entanto, os métodos que utilizam para a apropriação da terra e do trabalho ainda são os mesmos utilizados no passado: grilagem, desmatamento, trabalho escravo, coação e violência contra camponeses, trabalhadores rurais e povos tradicionais.

A luta dos povos do campo, das matas e dos rios, em sua pluralidade e diversidade, atribuem significado à luta pelos direitos aos seus territórios de vida e de trabalho, em quatro linhas principais (Figura 7):

» combater a histórica concentração da propriedade da terra no Brasil, assegurando a todo camponês o direito da produção da vida;

» combater a permanente internacionalização da terra e da agricultura brasileira, ou seja, tanto a compra de terras por estrangeiros, quanto a dominação das cadeias produtivas pelas corporações transnacionais;

» combater o domínio da monocultura que se expande pelos campos do Brasil, como a soja, o eucalipto, a cana de açúcar, em favor da produção de alimentos que assegurem a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável do campo e da cidade;

» combater a violência do campo, o trabalho escravo, o trabalho infantil e todas as formas arcaicas e contemporâneas de exploração, no sentido de oportunizar aos sujeitos sociais condições dignas de trabalho e de vida.

FIGURA 8: Bandeiras de alguns movimentos sociais que reúnem povos tradicionais.



FONTE: montagem do autor, 2017.

Os povos tradicionais e suas distintas territorialidades são agentes efetivos na produção e na reconstrução do território brasileiro, pelo caminho da transformação social, com mudanças estruturais, sobretudo no que se refere à desigualdade social e de renda, à discriminação de etnia e de gênero, à exploração do trabalho, à devastação ambiental, conjugando sustentabilidade ambiental e justiça social.

4

IDENTIDADES
TERRITORIAIS E
RURALIDADES
CONTEMPORÂNEAS

INTRODUÇÃO

Ontem e hoje, a mundialização contribui para reestruturar as economias e os territórios, urbanos e rurais, em diferentes escalas. A segunda revolução agrícola favoreceu a especialização econômica e geográfica das produções, com a constituição de zonas produtivas, o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, fortemente intensiva, mas dependente das flutuações do mercado e dos caprichos das políticas públicas. A homogeneização dos processos produtivos, com a standardização das normas, acarretou uma modernização acelerada das cadeias produtivas (mesmo nos países do Sul), assim como uma aproximação dos comportamentos alimentares.

No entanto, ao mesmo tempo, emergiram ou foram validadas práticas produtivas mais respeitosas das potencialidades agronômicas dos solos (agroecologia, agricultura biológica, agricultura biodinâmica, etc.). Circuitos de comercialização, mais curtos, unem agricultores e consumidores citadinos (venda direta, mercados locais, associações de consumidores...). Inscreve-se de maneira paradoxal, em um contexto econômico e ideológico caracterizado por um fenômeno de mundialização e uma desterritorialização/reterritorialização acentuada da produção, das trocas, das concentrações industriais e financeiras, pela circulação acelerada das ideias, dos capitais, das mercadorias, dos homens e por uma vontade individual de ancoragem, de identidade, de uma necessidade “de ser de algum lugar”.

Em um duplo contexto de mundialização e de desenvolvimento sustentável, a ciência contemporânea ampliou consideravelmente suas problemáticas para se consagrar às novas “ruralidades”, em um mundo rural no qual os agricultores tornaram-se ou estão se tornando minoritários.

O retorno ao território é enriquecido pelas abordagens ambientais e uma apreensão global dos problemas, em diferentes escalas. A noção de desenvolvimento territorial rural avança no Norte e no Sul, a partir de experiências frequentemente nascidas nos espaços rurais. Ela comporta uma dimensão territorial: os projetos se inscrevem em um espaço com uma história singular, com dinâmicas próprias, saberes específicos e cultura própria, onde existe um sentimento de pertencimento permitindo desenvolver uma capacidade de análise e de ação coletiva. São as relações entre identidades territoriais e ruralidades contemporâneas que iremos estudar nessa unidade.

4.1

AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE BASE TERRITORIAL E AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DAS RURALIDADES

O espaço rural sofreu uma série de transformações responsáveis por uma nova configuração produtiva – avançam pelo território brasileiro lavouras altamente tecnológicas, intensivas no emprego de máquinas e insumos industriais (adubos e venenos), na aplicação de capitais e altamente integrada à indústria, ao comércio, aos serviços e ao setor financeiro. Esses novos arranjos produtivos, integrados ao agronegócio respondem à expansão do capitalismo no campo, resultado da mundialização da economia. No entanto, ao refletir sobre esse processo, Oliveira (1995) destaca que “a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditória e combinada, pois ao mesmo tempo em que [...] constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo, faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 75).

Então, a expansão da área ocupada e da quantidade produzida pelas lavouras e campos de criações intensivas em tecnologia e capital e voltados para a produção de *commodities*, ocorre simultaneamente à retração da agricultura camponesa. A exclusão social, a pobreza e o êxodo estão presentes nos campos do Brasil, produzindo e agravando os problemas urbanos. Como diz Maria Nazaré Wanderley, “a grande propriedade patronal no Brasil está na origem de uma ruralidade dos espaços vazios” (WANDERLEY, 2001, p. 36).



TERMO DO GLOSSÁRIO: *Comodities* – é uma palavra de origem inglesa que pode ser traduzida como mercadorias que possuem baixo valor agregado, ou seja, são comercializadas sem nenhum ou muito pouco beneficiamento, como frutas, legumes e cereais. A soja em grão, exportada pelo Brasil é um exemplo de *comodities*.

Os elevados índices de desemprego rural registrados nas últimas décadas, aliados à escassez ou falta de terra para cultivo, são fatores que provocam alterações significativas nas condições de vida e de reprodução socioeconômica dos grupos sociais que permanecem no campo. Contraditoriamente, nas sociedades modernas, há um processo de recomposição do rural e da emergência de uma nova ruralidade. Tal perspectiva assenta-se menos no desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano, reafirmando a necessidade de uma nova abordagem que seja capaz de (re)pensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação.

“Onde parece haver uma uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante, também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo. Comunidades indígenas ampliam suas áreas de espaços-reservas homologadas e, pouco a pouco e perigosamente, algumas delas se integram a uma economia regional de excedentes. Comunidades negras rurais quilombolas (bem mais do que contamos ou imaginamos até agora) conquistam o direito de existirem em suas terras ancestrais de pleno direito. Comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo o necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca. Acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária cobrem de lonas pretas tanto os espaços estritos das beiras de estradas, quanto as terras de fazendas improdutivas e ocupadas. Um campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria”.

FONTE: Brandão (2007, p. 42).

E quando falamos em rural, do que estamos tratando? De um espaço singular, mas articulado ao conjunto socioespacial do qual faz parte. Wanderley assim o define:

Do ponto de vista sociológico, quando se fala em “rural”, aponta-se para duas características que são consideradas fundamentais. Por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat. Trata-se, sem dúvida, das representações do espaço natural e do espaço construído, visto que a “natureza rural”, precisamente porque é rural, isto é, “objeto de múltiplas atividades e usos humanos, é a menos natural possível” (Mathieu e Jollivet, 1989: 15). Por outro lado, relações sociais, também diferenciadas, que Mendras definiu como “relações de interconhecimento”, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das “coletividades” rurais (Mendras, 1976). Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc. (WANDERLEY, 2000, p. 88).

O espaço rural deixou de ser sinônimo de agrícola: muitas atividades antes tipicamente urbanas passaram a ser exploradas no meio rural, geralmente complementando as atividades agrícolas. Além disso, o comportamento do emprego rural e principalmente dos movimentos de população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado com base no calendário agrícola e na expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Como demonstrou Graziano da Silva (1999), há um conjunto de atividades não-agrícolas que estão respondendo cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural.

Nesse quadro, destaca-se a pluriatividade, que não é fenômeno específico e nem representa nova atividade no meio rural. Segundo Carneiro (1999), a pluriatividade é uma noção polêmica e abrangente que não define uma nova categoria social no espaço rural, mas que:

[...] designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo campo de possibilidade de realização dos projetos familiares (CARNEIRO, 1999, p. 326).

A pluriatividade corresponde à estratégia de sobrevivência usada historicamente pela produção familiar e engloba um diversificado conjunto de atividades que se combinam em uma ampla gama de variações. Ela não pode ser dissociada das condições econômicas, sociais e culturais das famílias rurais envolvidas, nem do projeto particular de cada uma e, não obstante o alto grau de heterogeneidade das combinações de atividades, a meta principal é complementar a renda.

A pluriatividade traz consigo profundas alterações nas relações do agricultor com a terra, no seu modo de vida e nas relações sociais rurais. Analisando a temática, Tedesco (1999) destaca que o medo de perder o emprego e os poucos ganhos auferidos com as atividades pluriativas fazem com que o agricultor mantenha as práticas agrícolas e não abandone o rural. De qualquer forma, a família:

[...] reestrutura-se às inúmeras situações de mudança, insere-se numa esfera de economia popular e de solidariedade através de microempresas de caráter familiar, sob o manto da informalidade; organiza-se em termos de iniciativas que dão lugar a organizações no campo da produção, comércio e serviços que compartilham referenciais de solidariedade interna e cooperação vicinal e comunitária (TEDESCO, 1999, p. 181).

A pluriatividade “[...] se consolida como a salvação da propriedade da terra rural de famílias, tradicionalmente com vínculos para com a produção agropecuária, [pois assim] os trabalhadores a tempo parcial conseguem compensar os baixos rendimentos agrícolas com outras ocupações, evitando ou prorrogando a pobreza rural” (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p. 117). Assim, muitas famílias têm encontrado na pluriatividade um complemento de renda ou uma alternativa de sobrevivência que torna possível sua permanência no meio rural.

Estas famílias, pluriativas ou não, são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Da mesma forma, o “lugar” da família, isto é, o patrimônio fundiário

familiar constitui um elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Daí, a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituir-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial (WANDERLEY, 2001, p. 37).

O espaço rural assim ressignificado, como espaço de múltiplas territorialidades, especialmente pela agricultura familiar, assume diferentes papéis na contemporaneidade. São funções que ressignificam o rural para além da sua identificação com a agricultura. A ruralidade é, então:

Um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em duas direções, nas quais se identificam, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro lado, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade (CARNEIRO, 2012, p. 50).

Em síntese, podemos destacar nessa afirmação dois movimentos: um no interior do próprio rural, (re)forçando e (re)construindo suas próprias identidades territoriais, a partir de suas vocações e especificidades; e o outro, a (re)descoberta, a partir do exterior – as sociedades urbanas – dos valores e atributos de um mundo rural que se contrapõe, sem deixar de ser complementar, à vida urbana. Nesse sentido, emerge um processo de valorização das territorialidades rurais, seja pelos sujeitos do próprio rural, agricultores e não-agricultores, seja pelos moradores urbanos, que tem no campo um espaço de referência, de fuga ou de idealização. Ao pensar na promoção das territorialidades rurais, apontamos quatro estratégias que Albagli (2004) apud Flores (2006, p. 7) destaca como forma de valorização das territorialidades:

- » a identificação de unidades territoriais onde seja possível a promoção do empreendedorismo local, com delimitação de seu espaço geográfico baseado em “senso de identidade e pertencimento, senso de exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interação de atores locais”;
- » a geração de conhecimentos sobre o território, identificando e caracterizando as especificidades e que representem potencialidades;
- » a promoção de sociabilidades, buscando “possíveis modalidades de ação coletiva”;
- » o reconhecimento e valorização da territorialidade, com o resgate e valorização de imagens e da simbologia local.

Ao incorporar essas estratégias no processo de revalorização das territorialidades rurais contemporâneas, algo ainda incipiente no Brasil, mas já largamente aplicado nos países europeus, contribui-se para a conformação de um novo mundo rural,

multifuncional, que rompe com a tradicional visão dicotômica rural/urbano. Está em curso, nas sociedades modernas, um processo de recomposição do rural e de emergência de uma nova ruralidade. Tal perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças socioespaciais entre o rural e o urbano e, ao contrário, reafirma a necessidade de uma abordagem do desenvolvimento territorial que consiga apreender a realidade rural em sua diversidade sociocultural e ambiental e em suas multifuncionalidades, sem prescindir do papel central das famílias rurais, agrícolas ou pluriativas.

4.2

MOBILIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DOS RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS EM TERRITÓRIOS RURAIS

Nos países de economia avançada, mas também no Brasil e nos países em desenvolvimento, o espaço rural assume funções que, como vimos anteriormente, vai além da produção agropecuária. O desenvolvimento dos sistemas de transporte e de comunicações possibilitou que as condições de vida dos moradores do campo, com maior facilidade de acesso à educação, à saúde, ao comércio e aos serviços, em geral, alcançassem níveis que se equiparam às condições encontradas nos meios urbanos. Isso favoreceu que pessoas buscassem nos espaços rurais possibilidades de uma vida melhor, recuperando um passado de origem rural ou experienciando situações diferenciadas às encontradas nas agitadas cidades grandes e médias. Assim, pessoas têm buscado no campo, seja de forma permanente, fixando residência, seja temporária, em residências secundárias ou passando temporadas em hotéis, pousadas ou casas de aluguel, uma aproximação maior com a natureza e com os valores e benefícios da vida no campo, mesmo que esses sejam bastante idealizados.

A ruralidade, assim, vai além do rural agrícola, adquirindo outras funções, tais como lugar de moradia ou de segunda residência para uma população de origem urbana; agroturismo, ecoturismo e outras formas de turismo em espaços rurais; lazer em pesque-pague e parques de diversão temáticos; além da preservação do meio ambiente pela criação de reservas, áreas e parques naturais. No entanto, essas mutações da ruralidade não ocorrem de forma pacífica. Há confrontos entre os diversos agentes sociais e seus discursos sobre a ruralidade. Wanderley (2000) enumera três posições principais desse enfrentamento:

Uma primeira, que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural, (...). Uma segunda posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. [...] Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos. Finalmente, uma terceira percepção também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não (WANDERLEY, 2000, p. 100).

Há, pois, uma dualidade no que diz respeito à ruralidade: de um lado o rural produtivo, espaço da agricultura e dos agricultores, largamente dominante no Brasil, mas também da indústria, do extrativismo e de outros setores da economia. E de outro, o rural patrimônio, espaço de proteção da natureza e dos seus recursos, de contemplação da paisagem singular e da valorização da diversidade sociocultural de seus habitantes, seus modos de vida e seus saberes-fazeres característicos.



SAIBA MAIS: Para compreender como essas concepções efetivam-se no campo da política pública, direcionando o desenvolvimento territorial, leia o artigo de Froehlich e Alves (2007) sobre a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art3ed14.pdf>

Já discutimos no capítulo 2, subunidade 2.3, a questão do patrimônio e a problemática da patrimonialização dos espaços rurais, tendência que emerge no Brasil, mas que já é comum nos países centrais. Uma de suas vias é por meio da valorização de produtos com forte ligação com os territórios rurais onde são produzidos, atribuindo-lhes uma origem particular de forte apelo ao lugar – a Indicação Geográfica (IG). Tal produto adquire por meio da IG uma “marca” exclusiva, um selo que o distingue dos demais, valorizando-o no mercado. As Indicações Geográficas são estratégias de valorização dos produtos que reconhecem dois selos distintos: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). No Brasil, o órgão responsável pela regulamentação é o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Para receber esse selo de qualidade, o produto deve possuir atributos únicos que resultam das condições singulares de sua produção, que podem ser resultado do relevo, do clima, do solo, de onde é produzido, ou do conjunto desses fatores, somado aos saberes-fazeres de sua fabricação. O reconhecimento da originalidade do produto, suas qualidades intrínsecas e exclusivas, é uma valorização indireta, portanto, ao território onde é produzido e ao grupo social responsável pela sua produção, razão pela qual essa tem sido uma estratégia perseguida em projetos de etnodesenvolvimento.

QUADRO 12: As indicações de origem geográfica.

“As estratégias de valorização dos produtos agrícolas pela origem (indicação geográfica) baseiam-se na construção de um duplo acordo: por um lado, entre profissionais e produtores para definir as características de um produto e as formas de obtê-los; e, por outro lado, entre profissionais e consumidores para a comercialização dos produtos. Assim, a estratégia de valorização passa pela instalação de um dispositivo de comércio específico que inclui a definição de regras e a produção de um discurso sobre o produto e seu ambiente. Ela resulta geralmente em novas práticas organizacionais e técnicas”.

FONTE: Cerdan (2009, p. 279).



SAIBA MAIS: Conheça dois casos de IG de produtos nacionais, a carne bovina do Pampa Gaúcho e o Vinho Goethe. Leia o artigo: “Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável”, de Claire Cerdan. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p277>

No entanto, as políticas de valorização dos territórios por meio da ruralidade em que se inscrevem apresentam, não raro, distorções quando privilegiam o mercado em detrimento das populações. Discutindo o caso português, Mendes (2013) destaca o paradoxo das políticas que pretendem resgatar e valorizar o rural e seu patrimônio:

A “recriação” ou “reinvenção” da ruralidade para ser comercializada e consumida gera um grande paradoxo: a intenção inicial de recuperar as características locais, específicas e típicas de um determinado contexto ou lugar rural que se diz histórico, cede lugar às estratégias econômica e comercial da “reinvenção da tradição do rural”, e respectivas “autenticidade” e “tipicidade”, e de transformação das características verdadeiramente tradicionais em produtos consumíveis e simulados (MENDES, 2013, p. 43).

Nesses casos, a possibilidade de valorizar as identidades territoriais, sobretudo aquelas com forte vínculo étnico, como são os casos dos povos tradicionais, dá lugar às estratégias de marketing em que o foco é o mercado – e o rural torna-se, então, um simulacro.



TERMO DO GLOSSÁRIO: Simulacro: é uma representação ou imitação de algo real, geralmente malfeita. No entanto, às vezes, pode ser mais atraente que o original.

O desafio do desenvolvimento territorial rural é conjugar essas dimensões, para que ambas corroborem para a valorização do rural e dos seus habitantes, numa política de coesão identidades-territorialidades-ruralidades, que tenha por finalidade:

- » organizar o território, promovendo a coesão nacional, a redução das desigualdades sociais no campo e na cidade e entre o campo e a cidade;
- » promover a valorização das diversidades étnicas, culturais e naturais das distintas regiões do país;
- » assegurar a sustentabilidade socioambiental no aproveitamento dos recursos naturais e nas atividades econômicas, especialmente na agricultura;
- » defender e valorizar o patrimônio cultural e natural dos espaços rurais;
- » proteger o trabalhador e garantir a ocupação das famílias rurais, suas rendas, seus recursos e fontes, garantindo-lhes qualidade de vida;
- » assegurar às populações rurais o acesso aos bens culturais, à tecnologia e à informação e, sobretudo, aos direitos sociais básicos.
- » conter o êxodo rural e promover políticas específicas aos jovens e aos idosos, que contemplem o lazer e a sociabilidade;

» desenvolver as potencialidades locais e regionais do espaço rural, considerando sua multifuncionalidade, suas paisagens culturais, em benefício e de acordo com os interesses de seus habitantes.

4.3

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO, SABERES E FAZERES, PRODUÇÃO E CONSUMO NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DAS RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS

Tradicionais, arcaicos, rústicos, atrasados, retrógrados, inferiores e submissos – estes são os adjetivos que tem (des)qualificado os distintos sujeitos sociais que habitam o mundo rural do Brasil, sejam eles indígenas, quilombolas e camponeses em geral (caboclos, caipiras, caiçaras, etc.), termos muitas vezes empregados de forma pejorativa. Tratados como personagens à margem da sociedade brasileira e como responsáveis pelo atraso do campo, os camponeses, nos discursos hegemônicos, deveriam ser substituídos e o campo modernizado. Queiroz (1976) explica as raízes dessas concepções:

A estratificação da sociedade brasileira tradicional tem sido descrita como rigorosamente dividida em duas camadas distintas que, na época da escravidão, eram constituídas de senhores e escravos; e, em seguida à Abolição, passou a ser de fazendeiros e parceiros nalgumas zonas. A dualidade social constituiria a configuração específica do Brasil como sociedade, não existindo praticamente um meio termo entre as duas posições extremas. O termo médio, ausente da vida rural e fruto do desenvolvimento da vida urbana, teria surgido nas cidades principalmente a partir de fins do século XIX. No campo, sua falta caracterizaria um tipo de civilização – a civilização arcaica brasileira – à qual se oporia a civilização moderna das cidades com sua estratificação mais complexa e rica em camadas sociais diversas (QUEIROZ, 1976, p. 33).

Entende-se, assim, a estrutura social rígida do campo brasileiro, dominada por um grupo social dominante – os proprietários – e uma camada subalterna e pobre – os camponeses e toda a sorte de trabalhadores rurais, proprietários ou não.

QUADRO 13: A construção social do camponês.

Mesmo produzindo grande parte dos alimentos consumidos no país, o camponês foi, por muito tempo, tratado pela ciência, pela literatura e pela política como um preguiçoso, um atrasado e um indolente.

FONTE: do autor.

A figura 9 apresenta a produção camponesa que é, preponderantemente, policultora e voltada à produção de alimentos.

FIGURA 9: A produção camponesa.



FONTE: Wikipedia (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Campon%C3%AAs>).

“O Camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho – e trabalha com esses meios de produção” (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 69). São os sujeitos histórico e políticos que vivem no campo e que extraem da terra (própria ou não), através do seu trabalho e de sua família, os produtos necessários à sua manutenção e o mais-produto que comercializam. Seu surgimento no Brasil se deu em duas vertentes.

A primeira vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista – eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de "sertanejo" e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás.

A segunda vertente foi constituída por quase dois milhões de camponeses pobres vindos da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Parte dos migrantes foi para o Sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, "recebendo" lotes de 25 a 50 hectares (datas); parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro,

não recebendo terras, mas sendo obrigados a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado colonato.

O camponês, que num processo histórico vem criando formas de resistência e luta para se reproduzir, deve ser entendido como um ator social que tem sua importância na cadeia de desenvolvimento do país, mesmo que a “modernização dolorosa” imposta pelo desenvolvimento do capitalismo no campo tente, de todas as formas, negar essas populações.

Esses grupos sociais, tão diversos quanto numerosos, que povoam o interior do país, concebem a terra como suporte da existência individual, familiar e, muitas vezes, coletiva. Não uma mercadoria, mas um fator de produção, a terra é tida como valor (patrimônio) inalienável da família, diferenciando-se da propriedade da terra, que pode ser alienada. Por essa razão, não é a propriedade da terra que define o campesinato, mas a sua posse, mesmo que coletiva.

A tradição oral e a predominância da racionalização tradicional ocupam um papel de destaque no mundo rural, exercendo um forte peso sobre a organização social do grupo. Nas populações camponesas, a palavra dada é suficiente e assegura a honra e o respeito.

Nos padrões de organização social, a concepção de tempo é uma concepção de tempo circular, tempo de plantio e de colheita – não é uma concepção de tempo linear e a interação e relação que os camponeses travam com outros trabalhadores rurais são características e altamente repetitivas, assim como a posição subserviente (construção da autoimagem negativa) dentro da rede de dominação política, econômica e cultural definida social e historicamente.

Esse mundo rural é revolucionado, no Brasil, a partir de 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra. Desde o final da década de 1950, já havia um grande debate nacional em torno da Reforma Agrária e a necessidade de resolver os conflitos sociais no campo, diminuir a pobreza rural e promover a modernização da agricultura. Nessa direção, é criada a SUPRA (Superintendência de Política Agrária) em 1962, com os objetivos de colaborar na formulação da Política agrária do país; planejar, promover e executar a reforma agrária e as medidas complementares de assistência técnica, financeira e educacional aos trabalhadores rurais.

Também foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, documento que veio regulamentar as relações de trabalho no campo. Em março de 1964, inicia-se o processo de desapropriação de terras e lança-se a proposta de reforma agrária. Porém, em 31 de março de 1964, ocorre o golpe de Estado que institui a ditadura militar no Brasil.

O novo governo promulga, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra. O documento estabelece duas vertentes para a política agrária nacional: uma voltada à reforma agrária, com a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão responsável pela sua execução; e outra vertente voltada para o desenvolvimento rural, por meio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), órgão criado para executá-lo. Do ponto de vista estritamente legal, o Brasil estava dotado do instrumental jurídico e institucional necessário para desencadear um programa nacional de reforma agrária. Em 1970, ocorre a extinção do IBRA e do INDA e a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Na prática, o capítulo do Estatuto da Terra que tratava da reforma agrária apenas

promoveu projetos de colonização nas regiões consideradas mais remotas do país, e o capítulo que tratava das políticas de desenvolvimento agrário atendeu aos interesses dos grandes capitalistas do campo, desencadeando o processo de modernização tecnológica na agricultura, o qual pode ser considerado o evento de maior impacto socioespacial, ambiental e econômico já ocorrido no país.

A atuação governamental no campo do desenvolvimento rural contribuiu para o agravamento da situação fundiária do país, historicamente concentrada e foco de conflitos e confrontos. A Institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir de 1965, para o financiamento à atividade agropecuária tornou-se o principal instrumento da política agrícola. Esse financiamento subsidiado favoreceu a concentração de recursos e a centralização dos benefícios nas mãos de um pequeno número de proprietários, utilizando-o, inclusive, para aquisição de mais terras. A maior parte dos recursos destinados a outros instrumentos operacionais da política agrícola (preços mínimos, seguro agrícola, armazenamento, assistência técnica, pesquisa) foram, direta ou indiretamente, destinados a atender os interesses dos maiores proprietários – o que também contribuiu para o aumento do grau de concentração da propriedade da terra no país (GUEDES PINTO, 1995).

O Estado substituiu a Reforma Agrária, nunca efetivamente implementada, pelo Desenvolvimento Agrário, via modernização da agricultura. A modernização tecnológica da agricultura iniciada no pós-guerra ganhou intensidade na década de 1970 e acarretou significativas transformações no espaço agrário, nos meios de produção e, conseqüentemente, nas formas de exploração agrícola. Amstalden (1991) se refere à modernização da agricultura como:

[...] o processo de utilização de técnicas avançadas como adubação química, controle de pragas por meios químicos, mecanização e desenvolvimento de novas espécies vegetais e animais etc., mas entendemos também o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Essas relações capitalistas se dão pelo uso de trabalho assalariado, produção para um mercado (e não para autoconsumo) e constituição de verdadeiras empresas rurais, que nada têm a ver com antigas propriedades rurais familiares (AMSTALDEN, 1991, p. 07).

Embora modernização da agricultura não seja sinônimo de mecanização, o uso intensivo de máquinas e implementos foi importante indicador de mudança no padrão agrícola. Vários fatores contribuíram para incrementar a tecnificação da agricultura: a internalização da indústria de tratores e implementos agrícolas, facilitando sua aquisição pelos agricultores; os incentivos do mercado interno e externo; a criação de linhas especiais de financiamento, os subsídios, as taxas de juros negativos e os longos prazos para pagamento (GONÇALVES NETO, 1997; ABRAMOVAY, 1992).

O impacto da modernização da agricultura sobre a força de trabalho também foi considerável: grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional; houve redução da força de trabalho familiar em favor dos assalariados;

uma parcela de pequenos produtores, que permaneceu no campo, viu-se obrigada a vender sua força de trabalho nas épocas de maior demanda por mão-de-obra, para complementar renda e assegurar a sobrevivência; os expropriados pelo avanço da modernização tornaram-se trabalhadores volantes (bóias-frias); as técnicas modernas reduziram o número de empregados, e o aumento da oferta de mão-de-obra puxou os salários para baixo; ampliaram-se os fluxos migratórios inter-regionais, das áreas de mais antigo povoamento para as de expansão da fronteira agrícola, assim como das migrações rural-urbanas, particularmente para as grandes cidades e centros industriais.

Assentado no uso intensivo de tecnologia, que requer capital, o modelo agrícola brasileiro aumentou o grau de concentração da propriedade da terra, dificultando-lhe o acesso ou mesmo impedindo-o, para grande contingente populacional. Analisando as consequências desse problema, Fernandes (2000) afirma que:

O Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados à migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo (FERNANDES, 2000, p. 43).

O processo de modernização da agricultura aumentou a produção e a produtividade, possibilitando à agricultura fornecer alimentos *in natura* para suprir o mercado e matérias-primas para a agroindustrialização e exportação. Muito embora, de um lado, os investimentos em tecnologia tenham sido maiores que o retorno da produção, ou seja, a produtividade alcançada foi menor do que a esperada, na avaliação custo-benefício, o balanço foi negativo. Por outro lado, a modernização da agricultura também não foi uniforme: não alcançou todos os produtos, todos os produtores e todas as regiões agrícolas do país. Ela beneficiou, sobretudo, as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação, em detrimento dos cultivos de alimentos básicos à população. Muitas áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios foram substituídas por monoculturas, para o suprimento de agroindústrias ou do mercado externo. O Estado estimulou esses setores competitivos, praticamente abandonando aquelas culturas que se têm constituído, historicamente, na alimentação básica dos brasileiros.

“Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o ‘agronegócio’ é o melhor (e o pior) espelho altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. Movida pelo peso do capital, pela racionalidade capitalista e por uma tecnologia industrializada que em poucos meses transforma biomas de cerrado no norte de Minas em milhares de alqueires do deserto verde dos eucaliptais e que faz os círculos de plantio de soja em lavouras irrigadas chegarem até nas portas de Brasília, além de alterar a vida de paisagens e de pessoas, das beiras do Chuí às do Oiapoque”.

FONTE: Brandão (2007, p. 39).

No entanto, é necessário destacar que os camponeses têm enfrentado a expropriação de suas terras, processo recorrente na história do Brasil e agravado com a **modernização da agricultura** e a expansão das monoculturas do agronegócio. Martins (1995) destaca diferentes momentos e formas de organização da luta dos trabalhadores rurais, como o messianismo e o banditismo social do final do século XIX às primeiras décadas do século XX; a luta dos camponeses posseiros e a organização das ligas camponesas, a partir da década de 40 até o golpe de 1964; a ascensão do sindicalismo rural, entre as décadas de 1950-1960. A estes se acrescenta o processo de reorganização dos movimentos sociais rurais, a partir da redemocratização do Brasil do final dos anos 1970 aos dias atuais. Em comum esses processos revelam, segundo a perspectiva de Martins (1995), a existência de um campesinato insubmisso, seja frente às relações de domínio pessoal de fazendeiros e coronéis, seja contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, **grileiros** e empresários. Também contra a exploração econômica da grande empresa capitalista que subjuga seu trabalho, tanto quanto as políticas de Estado que asseguram esta condição.



SAIBA MAIS: Leia o texto de Carlos Rodrigues Brandão, “Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil” e compreenda que atraso e modernização são faces de uma mesma moeda. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf



TERMO DO GLOSSÁRIO: Grileiros: criminosos que praticam a apropriação ilegal de terras por meio da falsificação de documentos. O termo vem do artifício de deixar os falsos papéis em gavetas com grilos ou outros insetos que, depois de um certo tempo, tornam-se amarelados, com aspecto envelhecido.

O enfrentamento dos camponeses e suas lutas para sua permanência no campo e sua reprodução social é condição essencial de sua existência enquanto sujeito histórico. Sua organização é responsável pela ampliação dos espaços de interlocução com o Estado, tendo como resultado um conjunto de políticas recentemente

implantadas que visam fortalecer e promover a agricultura familiar, o acesso à terra e a produção de alimentos. Tais políticas se constituíram em promotoras de experiências sociais, dinamizando o debate sobre as perspectivas do meio rural brasileiro e as possibilidades de alternativas de desenvolvimento territorial sustentável. Nos anos 1990, os temas relacionados à agricultura familiar passaram a ocupar um lugar de destaque nos debates, reconhecendo-se a importância econômica e social desse segmento no conjunto da economia, a necessidade de formas alternativas de produção e de sua inclusão nas políticas públicas. Isto, por sua vez, tem elevado o patamar da demanda pela reforma agrária e da luta pela terra.

Essas ações políticas pressionam e constituem iniciativas para reverter os fatores que dificultam a permanência no campo, entre eles, o acesso a benefícios tradicionalmente considerados urbanos, como saúde, educação, energia elétrica e saneamento básico, essenciais para melhorar a qualidade de vida da população rural. Seus enfrentamentos, portanto, se inserem numa demanda mais ampla, como é o caso da luta pela educação do campo. Nessa perspectiva, a escola não é, nem deve ser, um espaço-tempo que apenas prepara os indivíduos para o exercício futuro da cidadania. A escola pode e deve ser um espaço que permite a todos os sujeitos da educação o exercício pleno da cidadania, oportunizando a participação coletiva e a reflexão e a discussão de diferentes pontos de vista. Assim, pensar a educação escolar é trabalhar na perspectiva de superar a tecnicização pela qual a escola e a universidade têm se pautado e construir um ensino articulado ao mundo da vida e do trabalho, lutando, como consequência, para a sua efetivação.

Os saberes tradicionais camponeses são empregados também no apoio e desenvolvimento de estratégias de conservação de suas próprias sementes, rompendo a dependência dos laboratórios e empresas globais (Figura 10). São praticadas ações no sentido de preservar a diversidade do patrimônio genético da agricultura familiar, por meio de mecanismos como a formação de bancos de sementes, sistemas de trocas, redescobertas de variedades adaptadas às condições naturais. Essa luta insere-se no movimento pelo direito que todo camponês tem de produzir e reproduzir suas próprias sementes, pelo combate à erosão genética provocada pelos transgênicos e contra o oligopólio das sementes pelas transnacionais.

FIGURA 10:
A conservação, preservação e disseminação de sementes crioulas são ações que valorizam os saberes dos camponeses e auxiliam na preservação de seu patrimônio. Guardiões de sementes crioulas – Ibarama/RS– 2015.



FONTE: foto do autor (2015).

Mas os camponeses não estão sozinhos nessas lutas. Grupos sociais organizados da sociedade civil também empreendem iniciativas que visam a práticas sustentáveis na agricultura, sobretudo no que diz respeito à produção de alimentos. Isso ocorre, por exemplo, por meio de financiamentos diretos à produção camponesa, através de uma prática agrícola cujo custo é compartilhado entre produtores e consumidores, que assim tornam-se também corresponsáveis pela produção, eliminando a intermediação, numa relação direta e recíproca entre agricultores e consumidores. Há também movimentos que priorizam o consumo de alimentos que tenham procedência regional e local, reduzindo as escalas de transporte em circuitos curtos de comercialização.



INTERATIVIDADE: Conheça a organização Slow Food Brasil, que propõe ações nesse sentido, além de valorizar a produção de agricultores familiares e povos tradicionais, em:

<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/noticias-slow-food?start=40>

As expressões mais indelévels desse processo de produção sustentável têm origem na emergência de uma nova sociabilidade e de uma nova racionalidade que os grupos sociais rurais experimentam, marcada pelo sentimento de solidariedade, pela organização comunitária, pelas práticas coletivas e pela partilha da luta como forma de superação dos problemas e desafios que enfrentam. Contraditoriamente ao desenvolvimento rural hegemônico no campo brasileiro, cuja expressão maior é o agronegócio, esses grupos sociais elaboram uma estratégia de desenvolvimento que visa objetivamente a superação das desigualdades sociais, seja por meio de experiências associativas e cooperativas, seja por meio das práticas agroecológicas. Assim, transformam-se em territórios rurais contra-hegemônicos, onde a produção sustentável de alimentos é realizada para garantir a soberania alimentar dos camponeses e para a comercialização em circuitos simples da economia. Também se baseia no fortalecimento da organização popular e em relações de equilíbrio e respeito ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil continua a ser um dos países com maior concentração da propriedade da terra. Há ainda no país 200 mil camponeses sem terra. Segundo dados do IBGE, os maiores estabelecimentos, com mais de mil hectares, que constituem menos de 1% do total, abrangem 44% das terras, enquanto os menores estabelecimentos, que correspondem a 47% do total, correspondem a somente 2,36% de toda a área agrícola do país. Considerando os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os imóveis rurais com menos de 10 hectares constituem 31,8% do total, mas ocupam apenas 1,8%, enquanto que os imóveis com mais de cinco mil hectares constituem apenas 0,2% do total, mas ocupam 13% das terras agrícolas do país. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, no período de 2011 a 2014 houve os piores indicadores em matéria de Reforma Agrária dos últimos 20 anos. Houve redução dos números de novos assentamentos rurais, titulação de terras indígenas e quilombolas.

O maior contingente populacional que vive em condições de miséria está concentrado nas áreas rurais e, às vezes, com elevada densidade técnica do território agrícola. Isso permite constatar o quanto essa população está à margem da sociedade e à mercê das intencionalidades sobre as quais são elaboradas as políticas do Estado, que quase sempre refletem a política das empresas. Assim, o Estado torna-se uma instituição ausente para a maioria da população.

Para que ocorra a redução da pobreza absoluta e do grau de vulnerabilidade social da população rural, é necessário que, através de políticas públicas bem definidas, a distribuição de recursos para financiamento da produção agropecuária, o acesso às técnicas produtivas mais avançadas, atendam às demandas dos camponeses, historicamente marginalizados no Brasil.

Se no passado a luta dos povos do campo pelo direito ao trabalho e à terra era dirigida ao grande proprietário, na figura do senhor de engenho ou coronel, no Nordeste e Sudeste do Brasil, ou do Estancieiro, no Sul, hoje esse combate é ainda mais difícil, pois o latifúndio não mais personaliza uma identidade, ele é a extensão de grandes empresas capitalistas, grandes monopólios financeiros, grandes empresas e grupos nacionais e transnacionais. No entanto, os métodos que utilizam para a apropriação da terra e do trabalho ainda são os mesmos utilizados no passado: grilagem, desmatamento, trabalho escravo, coação e violência contra camponeses e trabalhadores rurais, etc.

Em síntese, os povos do campo, em sua pluralidade e sociodiversidade, atribuem um novo significado e sentido à sua luta na atualidade, em quatro linhas principais:

» combater a histórica concentração da propriedade da terra no Brasil, assegurando a todo camponês o direito da produção da vida;

» combater a permanente internacionalização da terra e da agricultura brasileira, ou seja, tanto a compra de terras por estrangeiros, quanto a dominação das cadeias produtivas pelas corporações transnacionais;

» combater o domínio da monocultura que se expande pelos campos do Brasil, como a soja, o eucalipto, a cana de açúcar, em favor da produção de alimentos

que tragam a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável do campo e da cidade;

» combater a violência do campo, o trabalho escravo, o trabalho infantil e todas as formas arcaicas e contemporâneas de exploração, no sentido de oportunizar aos homens e mulheres do campo condições dignas de trabalho e de vida.

Os povos do campo são agentes efetivos na produção e na reconstrução do território brasileiro, pelo caminho da transformação social, com mudanças estruturais, sobretudo no que se refere à desigualdade social e de renda, à discriminação de etnia e de gênero, à exploração do trabalho, à devastação ambiental, em direção a um ambiente equilibrado e sustentável e a uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ACSELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004. p. 25–69. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midioteca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf#page=24>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira**. São Paulo: IFC/UNICAMP, 1991.

ARAÚJO, T. B. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. p. 197–217. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%Agrie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BAUMAN, Z. **A modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore?** (não publicado). Disponível em: <<http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/imagens/stories/anexos/oquefolclore.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 nov. 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 1775, de 08 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 jan. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRESSER PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1982/82-seisinterpretacoes.p.pg.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRITO, A. J. G. Etnicidade, alteridade e tolerância. In: COLAÇO, T. L. **Elementos de Antropologia Jurídica**. São José: Conceito Editorial, 2008. p. 41-57.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2015.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2012. p. 23-50.

CARVALHO, A.; DE DAVID, C. Possibilidades e limites do programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria/ RS. **Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 55-77, 2011.

CASTILHOS GOYCOCHÊA, L. F. **Fronteiras e fronteiras**. São Paulo: Editora Nacional, 1943. (Série brasileira, 230).

CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, n. 14, abr. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p277>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

CHARVET, J-P.; SIVIGNON, M. **Géographie Humaine: Questions et enjeux du monde contemporain**. Paris: Armand Colin, 2011.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

COSTA FILHO, A. O processo de construção dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Kooperation Brasilien. 2015. Disponível em: <<https://www.kooperation-brasilien.org/de/themen/menschenrechte-gesellschaft/traditionelle-voelker-gemeinschaften/o-processo-de-construcao-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-no-brasil>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

DANTAS, S. D. Introdução: para uma compreensão intercultural da realidade. In: DANTAS, S. D. (Org.). **Diálogos Interculturais e intervenções psicossociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. p. 15-23.

DE DAVID, C. O processo de territorialização das comunidades negras rurais. In: MELLO, A. L. A. et al. **“Palmas” para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra**. Santa Maria: Editora UFSM, 2011. p. 321-386.

DELPHIM, C. F. M. **O Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social: Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2005.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, F.; BASTIDE, R. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Coleção Brasileira, 305). Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/brancos-e-negros-em-sao-paulo-ensaio-sociologico-sobre-aspectos-da-formacao-manifestacoes-atuais-e-efeitos-do-preconceito-de-cor>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

FERRETI, S. F. Sincretismo e hibridismo na cultura popular. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 11, n. 21, jan./jun. 2014.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. S/L: Rimisp/Territórios com identidade local, 2006.

FROELICH, J. M.; ALVES, H. F. I. Novas identidades, Novos Territórios – Mobilizando recursos culturais para o desenvolvimento territorial. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XIV, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art3ed14.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Modalidades de terras indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

GADAMER, H-G. **Verité et méthode**: les grands lignes d'une herméneutique philosophique. Paris: Editions du Seuil, 1976.

GALLOIS, D. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: FELCH-USP, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964 – 1994. **Reforma Agrária**, v. 01, n. 25, p. 65-92, 1995.

GUSMÃO, N. M. M. Antropologia, estudos culturais e educação: desafios da modernidade. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 3 (57), p. 47-82, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a04.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HEIDRICH, A. L. "Territorialidades de inclusão e exclusão social". In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-44.

IANNI, O. Globalização: Novo paradigma das Ciências Sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/eav/article/view/9666/11236>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2002. Disponível em: <<http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/23/32>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia).

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARTINS, G. P. C. A crise da ciência na Modernidade: etnocentrismo, sexismo e diálogo de saberes. **Contexto**, v. 4, n. 1-2, p. 19-27, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/viewFile/1015/552>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995

MELLATI, J. C. **A Antropologia no Brasil**: um roteiro. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MENDES, L. Ainda algumas reflexões sobre a patrimonialização e a reinvenção da tradição no turismo em espaço rural, em Portugal. **Ruris**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 41-67, 2013. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1646/1138>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

MUNANGA, K. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórica Metodológica - SP. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25 n. 49-50, p. 15-58, 1995.

OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v26n3/06.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial da UNESCO**: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAES, M. T. D. **Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais**: um olhar geográfico. Observatório Geográfico da América Latina, 2012. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/19.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 5, jun. 2006.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahiers**, Groupe Réseaux, n. 7, 1987.

ROCHA, G. F. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1984.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família**: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês. Passo Fundo: Edupf, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe – (Re) divisão territorial do trabalho e redefinições de funções na agricultura (Evidências e perspectivas para o século XXI). In: MENEZES, A. V. C.; PINTO, J. E. S. S. (Orgs.). **Geografia 2001**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000. p. 105–121.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins

Fontes, 1982.

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VIANNA, L. C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://ri.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO

Unidade 1

1- As paisagens rurais constituem a expressão da natureza e da cultura de onde foram produzidas. Destaque os seus principais elementos formadores.

2- Descreva os aspectos responsáveis pela configuração das territorialidades rurais contemporâneas e explique as razões que podem levar aos conflitos entre territorialidades.

Unidade 2

3- Etnocentrismo e multiculturalismo são expressões paradoxais das sociedades contemporâneas em tempos de globalização. Discuta esses conceitos a partir de exemplos extraídos do cotidiano.

4- Explique por que os críticos da patrimonialização afirmam que este é um processo elitista.

Unidade 3

5- Defina desenvolvimento territorial rural e comente a respeito de projetos que tenham sido implantados no Brasil nessa perspectiva.

6- Descreva os percursos jurídicos que os povos tradicionais devem percorrer para alcançar o direito às suas terras originais.

7- Caracterize a territorialidade rural de um dos povos tradicionais do Brasil, à sua escolha.

Unidade 4

8- Por que podemos afirmar que o espaço rural é multifuncional? Exemplifique a partir de situações concretas vivenciadas no Rio Grande do Sul.

9- Explique a dificuldade de conceituação da ruralidade.

10- Discuta a complexidade das noções de moderno e atrasado utilizadas para adjetivar o trabalho e o modo de vida camponês.